

AGRICULTURA

EM SÃO PAULO

BOLETIM DA DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

924

SUMÁRIO

SITUAÇÃO DO CAFÉ E A FORMULAÇÃO DO PLANO DA SAFRA DE 1963/64	1
PREÇOS MÍNIMOS PARA A SAFRA DE 1963/64	14
SITUAÇÃO DO CAFÉ — Regulamento de Embarques para a safra 1963/64	35
MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA EM SÃO PAULO ..	49
O CRÉDITO RURAL OFICIAL EM SÃO PAULO NO PERÍODO 1958/1962	55
ESTATÍSTICAS: Preços médios recebidos pelos lavradores e produtores de São Paulo, de julho a novembro de 1963. Previsões da safra de 1962/63 do Estado de São Paulo	69

AA 4

ANO X
N.º 7 a 12
JULHO a
DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL
SECRETARIA DA AGRICULTURA

"AGRICULTURA EM SÃO PAULO"

Boletim da Divisão de Economia Rural

Rua Anchieta, 41 — 10.º andar — Caixa Postal, 8083

São Paulo — Brasil

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

DIRETOR: Eng.º Agr.º RUBENS ARAÚJO DIAS

SECCÕES

Política da Produção Agrícola

Eng.º Agr.º Constantino C. Fraga - Chefe
Eng.º Agr.º Claus F. T. de Freitas
Eng.º Agr.º Antônio D. Piteri
Eng.º Agr.º Antônio Guedes B. Campos
Eng.º Agr.º Cesar Augusto Canto

Organização de Empresas Agrícolas

Eng.º Agr.º O. J. Thomazini Ettore - Chefe
Eng.º Agr.º Milton Alberto Moysés
Eng.º Agr.º Hélio Tollini
Eng.º Agr.º Arlindo Borba Oliveira
Eng.º Agr.º M. J. Martins Falcão
Eng.º Agr.º Paul Frans Bemelmans

Análise de Mercados e Preços

Eng.º Agr.º Mauro de Souza Barros - Chefe
Eng.º Agr.º Ismar F. Pereira
Eng.º Agr.º Pérsio C. Junqueira
Eng.º Agr.º Luiz do Rêgo Monteiro

Levantamentos Econômicos

Eng.º Agr.º Salomão Schattan - Chefe
Eng.º Agr.º Maria de Lourdes C. Arruda
Eng.º Agr.º Milton Nogueira de Camargo

Comercialização

Eng.º Agr.º J. M. Fonseca Lima - Chefe
Eng.º Agr.º Jorge Demétrio Issa
Eng.º Agr.º Antônio Ambrósio Amaro

Previsão de Safras e Cadastro

Eng.º Agr.º Fernando S. Gomes Jr. - Chefe
Eng.º Agr.º Luiz Henrique de O. Piva

Análises de Custo e Rendas Agrícolas

Eng.º Agr.º Antônio Augusto B. Junqueira
Eng.º Agr.º Paulo Celso P. Meirelles
Eng.º Agr.º Cyro Okamoto

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Diretor Geral: — Eng.º Agr.º Mário Decourt Homem de Mello

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DO

ESTADO DE SÃO PAULO

SITUAÇÃO DO CAFÉ E A FORMULAÇÃO DO PLANO DA SAFRA DE 1963/64 (*)

Eng.º-Agr.º RUBENS ARAUJO DIAS

SITUAÇÃO MUNDIAL

O recente desenvolvimento da produção mundial de café e as perspectivas de colheita da próxima safra indicam, que pelo menos nas safras de 1962/63 e 1963/64, deve-se esperar produções exportáveis que praticamente venham a se igualar com as importações mundiais. Essa situação que pela primeira vez se delinea nos últimos anos, poderia mesmo provocar uma mudança na tendência de preços no mercado mundial, se não fosse os pesados estoques que estão sendo carregados principalmente pelo Brasil. Os dados a respeito da situação mundial do café (veja Quadro I) indicam essa perspectiva, principalmente se a eles acrescentarmos as previsões para a safra de 1963/64.

Os dados apresentados referentes à produção mundial destacam a decidida influência que

as colheitas brasileiras têm no volume total produzido, uma vez que as oscilações apresentadas pelas outras áreas são bem mais reduzidas. Na próxima safra de 1963/64, quando o Brasil deverá colher sua menor produção dos últimos anos, deveremos ter igualmente uma pequena safra mundial, se situando em torno de 47 milhões de sacas, ou seja um volume que deverá ser insuficiente para atender as importações previstas, para 1964, quando deveria o consumo mundial atingir perto de 50 milhões de sacas.

O crescimento do consumo mundial vem ocorrendo, nos últimos anos em uma taxa anual de 3%, sendo os dados referentes às importações mundiais (Quadro I) apenas indicativos dessa situação. Nos últimos anos, a produção vinha se mantendo ano após ano em nível su-

(*) Trabalho elaborado no mês de maio último e encaminhado às autoridades estaduais como contribuição à formulação da política cafeeira da safra de 1963/64.

perior ao consumo, o que determinava uma crescente acumulação de estoques. Essa situação vinha provocando sérios transtornos aos países produtores cuja economia é fundamentada no café, principalmente em vista da evolução que se nota nos preços do produto. As tentativas de acôrdo mundial visando sanar o problema não tem

alcançado resultados animadores, só se conseguindo algum ganho na disciplinação das ofertas nos mercados importadores. Os preços tem continuado na sua tendência de baixa, embora se deva reconhecer que, na inexistência de qualquer acôrdo, a queda seria em escala bem mais acentuada.

QUADRO I
Situação Mundial do Café
Em milhões de sacas de 60 kg

	Média de		Safras comerciais			
	1953/54. a 1957/58	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63 (2)
I — Produção Exportável						
Brasil(1)	16,4	24,6	37,9	22,8	28,3	18,7
Colômbia	5,8	6,9	7,0	7,0	6,8	6,6
Fedecame	6,7	7,3	8,7	8,3	9,6	9,2
África	7,3	10,4	12,0	13,3	11,8	13,9
Ásia e Oceania	1,2	1,3	1,7	2,3	1,8	2,0
Total	37,4	50,5	67,3	53,7	58,3	50,4
	Média de					
	1954 a	1959	1960	1961	1962	1963 (2)
	1958					
II — Importações						
Estados Unidos	19,8	23,3	22,1	22,4	24,5	...
Outros	15,2	18,6	20,5	21,7	22,2	...
Total	35,0	41,9	42,6	44,1	46,7	48,0
III — Diferença (II-I) ..						
	2,4	8,8	25,6	9,6	11,6	2,4

FONTE: Bureau Pan-Americano de Café, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e "Complete Coffee Coverage".

(1) Retirando-se da produção registrada o total destinado ao consumo interno.

(2) Dados preliminares ou previsões.

Embora essa menor produção, prevista para as safras 1962/63 e de 1963/64, venha contribuir para uma estabilização na situação estatística mundial do café, não se pode esperar qualquer reflexo mais favorável no mercado dêsse produ-

to em vista dos elevados estoques existentes, a menos que vos fatores venham atuar nas condições de produção para as próximas safras, dando um caráter mais permanente à atual situação.

SITUAÇÃO NO BRASIL E EM SÃO PAULO

Coube ao Brasil, uma parcela ponderável do acréscimo que ultimamente se verificou na produção mundial de café (veja Quadro I). Essa crescente produção e a política brasileira de sustentação de preços fazem com que o nosso País carregue grande parte dos excedentes mundiais, em vista da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de colocação de toda a nossa produção.

Uma análise mais precisa da situação do café no Brasil é bastante dificultada pela demora e mesmo inexistência de estatísticas oficiais, principalmente a respeito de volume de vendas pelo I. B. C. de cafés destinados ao consumo interno e industrialização, bem como de incineração de expurgo e "higienização" dos estoques. No entanto, baseados em dados oficiais e officiosos do I. B. C. e em estimativas sôbre os dados omissores, e tendo por referência o volume de estoques em poder do Governo no início da safra de 1961/62, que segundo levantamentos oficiais do I. B. C. eram de 49,0 milhões de sacas, apresentamos no Quadro II uma estimativa da situação estatística do café no Brasil que nos permite uma visão mais objetiva do problema.

Pelos elementos apresentados verifica-se que o estoque em poder do Governo e de particulares no início da safra 1962/63 deve ter sido em torno de 54,9 milhões de sacas, se admitirmos como inteiramente efetivada a pretendida incineração de 7 milhões de sacas de café expurgo. Estimando a produção em 27 milhões de sacas (os registros até 28 de fevereiro atingiam a 23,3 milhões), teríamos um suprimento de 81,9 milhões de sacas, inferior ao da safra 1961/62 que tinha atingido a 86,9 milhões. Estimando-se o total de consumo interno em 8,3 milhões de sacas (veja Quadro II) e as exportações em 16,5 milhões, teríamos no final da safra um estoque de 57,1 milhões, ainda maior que em igual período dos últimos anos. Embora a próxima safra que deve ser colhida no ano corrente possa ser considerada muito pequena (em torno de 23 milhões de sacas) devido principalmente aos efeitos da geada e ventos frios no Norte do Paraná, ainda assim não se poderá contar com uma redução substancial nos estoques finais da safra de 1963/64, pois o suprimento seria em torno de 80,3 milhões de sacas, do qual mesmo se deduzindo um

consumo superior ao desta safra, ou seja de 26,5 milhões (9 de consumo interno e 17,5 de exportação) ainda restaria em 30/6/1964, um estoque final de 53,8 milhões de sacas.

QUADRO II

Situação Estatística do Café no Brasil *Em milhões de sacas de 60 kg*

<i>Itens</i>	1957/58	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63 (2)
1. Estoque inicial	7,4	14,5	24,2	44,2	51,0	54,9
2. Produção registrada ..	21,6	26,8	43,8	29,8	35,9	27,0
A — <i>Suprimento</i>						
(1 + 2)	29,0	41,3	68,0	74,0	86,9	81,9
3. Exportação exterior ..	13,6	14,9	17,9	16,0	17,4	16,5
4. Consumo nos portos ..	0,5	0,4	0,6	0,5	0,5	0,6
5. Exportação cabotagem	0,4	0,4	1,0	1,0	1,1	1,2
6. Industrialização	0,0	0,2	0,4	0,5	0,5	0,5
7. Consumo interno ⁽¹⁾ ..	—	1,2	3,9	5,0	5,5	6,0
8. Eliminação de exurgo	—	—	—	—	7,0	—
B — <i>Consumo geral</i>						
(3 + .. + 8) ..	14,5	17,1	23,8	23,0	32,0	24,8
C — <i>Estoque final</i>						
(A — B)	14,5	24,2	44,2	51,0	54,9	57,1

FONTE: I. B. C., informações oficiais e previsões.

(1) O consumo interno na safra de 1957/58 não era abastecido pela produção registrada. Na safra 1958/59 o foi em apenas 6 meses.

(2) Estimativas e previsões.

Cabe ainda assinalar que a menor produção que deve se verificar nas duas safras assinaladas (1962/63 e 1963/64) e que determinou um relativo equilíbrio da posição estatística, foi ocasionada por fatores temporários, ou seja a forte seca de 1961 que afetou principalmente a produção de São Paulo e as geadas e ventos frios que ocorreram em 1962 e que restringiu a colheita paranaense de 1963. No entanto, esses fatores, pela redução ocasionada nos rendimentos agrícolas, con-

tribuíram para tornar ainda mais precária a situação econômica dos cafeicultores que já vinha sendo afetada pela perda de valor real dos preços de café nos últimos anos. Isso porque a deterioração da situação estatística vinha ocasionando reflexos danosos no nível de preços recebidos pelos cafeicultores, e portanto nas rendas brutas e líquidas do café. A esse respeito pode-se dizer que os preços reais do café (em moeda de valor constante), depois de acusarem ganhos ponderáveis em 1954 e

1955 vem perdendo substância ano após ano, sendo de notar que nem mesmo o ponderável aumento verificado na última safra — 6 150 cruzeiros por saca em 1962 contra 3 570 em 1961 — foi em proporção suficiente para alterar de forma mais significativa essa tendência, representando os preços reais obtidos pelos lavradores na safra de 1962 apenas 62% dos auferidos, em média, no período de 1948/52 (veja Quadro III). Aliás, a situação de inferioridade dos preços internos do café pode ser avaliada pela comparação de seus índices de preços correntes (734 em 1962) com o Índice Geral de Preços no Brasil nesse mesmo ano (1 208) e com o Índice de Preços Agrícolas de São Paulo, especialmente quando se retira o café de seu cálculo — 1 237 e 1 435 respectivamente — (veja Quadro III). E estariam em desvantagem ainda maior se compararmos a evolução dos

preços de Produtos Alimentícios de Consumo Interno da Agricultura Paulista, que em 1962 apresentou um índice de 1 625 (em relação ao mesmo período básico de 1948/52).

Por essas comparações se evidencia que os preços internos de café estão em situação muito inferior aos demais produtos agrícolas, não tendo acompanhado a evolução determinada pela situação inflacionária que vem afetando a nossa economia.

Essa situação aliás, vem provocando um acentuado desinterêsse pela lavoura cafeeira, e que pode ser constatado pelo crescente abandono e erradicação de lavouras. Assim, segundo dado do "GERCA", até fins de março de 1963, cerca de 400 milhões de pés de café já tinham sido abrangidos pelo programa de erradicação, devendo-se notar que é igualmente volumosa a eliminação de cafeeiros não incluída no citado programa.

POLÍTICA CAFEEIRA PARA A NOVA SAFRA

Considerando a situação estatística do café acima exposta, tanto no setor mundial como no interno, pode-se destacar alguns

pontos de importância ao se discutir a política a ser seguida pelo Brasil na nova safra.

Política Cafeeira Externa

Em vista de características já bem determinadas — situação estatística atual, posição dominante do Brasil no mercado mundial de café, inelasticidade dos preços de café na grande maioria dos mercados — julgamos ser ponto pacífico que é de todo o interesse para a economia do País, a realização de

uma política de sustentação dos preços mundiais do produto. Em caso contrário, haveria uma sensível diminuição na receita cambial que o café normalmente proporciona, com prejuízos evidentes para a economia da Nação. Deve-se salientar a esse respeito que mesmo iniciativas, em maior ou menor escala, de

QUADRO III
Evolução dos Preços de Café no Interior de São Paulo

Média de quinquênios e anos	Preços médios recebidos pelos cafeicultores				Índice de preços agrícolas em São Paulo			Índice geral de preços no Brasil(1)
	Preços correntes		Preços em moeda de valor constante (Cr\$ 1948/52)		Geral (24 produtos)	Geral sem café (23 produtos)	Produtos Alimentícios de consumo interno	
	Cr\$/60 kg	Índices	por 60 kg	Índice				
1948/52	838	100	838	100	100	100	100	100
1953/57	2 060	246	963	115	226	218	236	217
1954	2 200	263	1 200	143	204	176	190	182
1955	2 130	254	1 000	119	231	220	241	213
1956	2 280	272	898	107	259	252	271	254
1957	2 360	282	814	97	283	285	301	290
1958	1 720	205	523	62	282	319	351	359
1959	1 930	230	425	51	370	438	487	454
1960	2 590	309	443	53	516	617	661	585
1961	3 570	426	445	53	726	874	930	803
1962(2)	6 150	734	516	62	1 237	1 435	1 625	1 208

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Calculado na base do índice "2" da Conjuntura Econômica.

(2) Dados preliminares.

se vender cafés de mais baixa qualidade aos menores preços do mercado, principalmente se procedidas de maneira constante, devem provocar baixas gerais no mercado, atingindo cafés de tôdas as qualidades, com os resultados prejudiciais já apontados.

Conjuntamente, devem ser feitos todos os esforços no sen-

tido de que dentro do acôrdo internacional haja uma garantia mais eficiente de preços e o estabelecimento de maiores contrôles das ofertas, impedindo-se assim a venda total das produções dos demais países e desse modo conseguindo uma distribuição mais equitativa da retenção dos excedentes mundiais.

Política Cafeteira Interna

Face à situação estatística atrás descrita, pode-se admitir que a diminuição de preços não apresenta um caráter passageiro, a menos que novas condições adversas de clima afetem, de maneira generalizada os cafêzais paranaenses ou paulistas, ou que os estoques em poder do Governo Federal não atinjam o total estimado ou se apresentem, em parte ponderável, em condições inaceitáveis para o consumo.

Em consequência, ressalta-se a importância do Instituto Brasileiro do Café proceder a um rebenefício e padronização de seus cafés, com a finalidade de se conservar unicamente os cafés suscetíveis de serem mantidos como um estoque de reserva, visando atender a futuras vendas. É evidente que a manutenção da situação atual, pelo não conhecimento do montante e qualidade do café armazenado, não só impede uma melhor apreciação da situação pelo próprio Governo, ao formular a sua política cafeeira, como também se constitui em fator de insegurança do mercado, atuando em sentido contrário aos nossos interesses.

De outro lado, os resultados da pesquisa realizada em 1958 sôbre a "economia da produção cafeeira" pela Divisão de Economia Rural em colaboração com a FAO, CEPAL e IBC apontam que parcela ponderável das lavouras de café de São Paulo pode ser considerada como sub-marginal, dentro das estruturas de preços e custos que vêm prevalecendo. Essa condição é decorrente da grande quantidade de lavouras velhas que apresentam um baixo rendimento agrícola e portanto precários resultados financeiros, o que em última análise significa não só prejuízo aos agricultores, mas também um atestado de baixa produtividade econômica no uso dos diversos fatores — capital, braço etc. — com perdas para tôda a economia de São Paulo. Deve-se ainda considerar que os custos fixos da produção de café são bem altos e representam uma importante parcela do custo total de produção. Essa circunstância, além de onerar de forma mais aguda a produção obtida em cafeeiros de baixo rendimento, é um fator impeditivo das readaptações que se fa-

zem necessárias na reorganização das propriedades cafeeiras. Além disso, deve-se reconhecer que é bastante difícil, principalmente aos cafeicultores marginais, modificarem por sua própria iniciativa esse estado, porque a intensificação do cultivo não só requer maiores disponibilidades financeiras pela elevação do custo de produção, mas também porque o reflexo dessas medidas nos rendimentos a serem conseguidos não é bastante animador, quando aplicadas em cafeeiros já depauperados, como é o caso da maioria de nossos cafèzais. Uma transformação mais radical — aliás a desejável — que seria a erradicação dos cafeeiros pouco produtivos, liberando fatores — terra, braço e capital — para o plantio apenas parcial de novos cafeeiros, seria também difícil de ser conseguida sem uma ajuda por parte do Governo, pois nas condições de renda já descritas não haveria sobras para efetivação do investimento necessário, o qual, aliás, na atual situação do café seria arriscado, pelas incertezas que pairam sobre o nível de preços que prevalecerá no futuro.

Assim, salienta-se a alta prioridade em se continuar com o programa estabelecido pelo Governo Federal através do "GERCA" (Grupo Executivo

de Racionalização da Cafeicultura) e que se propõe a incentivar a erradicação de cafeeiros improdutivos e o uso racional da área liberada, tanto em novos cafèzais, bem formados, como em outras explorações.

No entanto, como o referido programa de erradicação não é compulsório, torna-se evidente que as decisões dos lavradores em eliminarem cafés pouco produtivos ou mesmo em estabelecerem novas plantações irão ficar em grande parte na dependência do nível de preços que vigorar para o café. Embora se deva reconhecer que, em vista da situação estatística atrás apontada seria desaconselhável a concretização de uma acentuada melhoria nos preços de café, também a fixação dos preços em níveis baixos, além dos efeitos prejudiciais sobre o setor agrícola pela acentuada diminuição na renda da cafeicultura, terá um efeito danoso mesmo para as lavouras de alto rendimento, que terão o seu trato prejudicado. Isso porque os lavradores diminuirão o investimento de capital em forma de adubos, máquinas, combate à erosão etc., ocorrendo, portanto, um decréscimo generalizado de produtividade, o que, em última análise significa prejuízo para a economia do País.

Nível de Preço a Ser Estabelecido

Cabe então discutir os níveis, em cruzeiros, em que os preços deveriam ser garantidos, o que constitui questão bastante complexa. Adotando-se raciocínio idêntico ao utilizado em ano an-

terior, apresentamos no Quadro IV elementos relativos às despesas da produção de café em lavouras de diferentes níveis de produtividade, dentro de uma dada estrutura de custo. Cons-

tata-se por êsse quadro que o custo de produção do café é excessivamente alto. Muito mais alto do que pode parecer à primeira vista. Tomando-se uma lavoura de alta eficiência que produz 100 arrôbas por 1 000 (mil) pés e considerando-se as despesas de custeio em que se incorre com adubo, mão de obra etc., aos preços atuais, inclusive para mantê-la nesses níveis de produção, chega-se ao custo de 6 650 cruzeiros por saca beneficiada. E nota-se que não estão aí incluídos a remuneração ou aluguel da terra, os juros do capital invertido e tão pouco um salário ou retirada para o fazendeiro. Isso significa que aos preços médios atuais de 6 300 cruzeiros por saca beneficiada no interior, uma lavoura de 100 arrôbas não pode se manter em condições de lucratibilidade. Se os agricultores a mantêm, é porque não pagam o salário mínimo, não adubam em condições satisfatórias ou se sujeitam a não receber remuneração pelo capital empataado na exploração e pelo seu próprio trabalho de empresário. O que isso necessariamente significa é que essa lavoura não está se “mantendo”, e que certamente sua produtividade cairá, à medida que fôr sendo consumida a fertilidade natural do solo.

O mesmo se aplica em relação às lavouras de menores índices

de produtividade, isto é, 75 a 50 arrôbas, com o agravamento de que os custos por saca dessas lavouras são ainda mais elevadas, de 7 170 e 8 290 cruzeiros, respectivamente.

Ora, como se sabe, são poucas as lavouras de São Paulo e de outros Estados do Brasil (exceção feita ao Paraná) que apresentam produtividade de 75 ou 100 arrôbas. A grande maioria fica entre 25 e 50 arrôbas. Para as de 25, conforme mostram os dados do Quadro IV, o custo é ainda mais elevado, alcançando 10 480 cruzeiros, mesmo sem incluir despesa alguma de adubo, pois produções baixas como essas podem ser obtidas durante muitos anos sem adubação química.

Então, como se mantêm essas lavouras? Os cafeicultores perdem dinheiro todos os anos? Não necessariamente, como foi dito, não pagam os salários mínimos, não adubam, não procedem aos cultivos necessários, diminuindo o número de carpas para 5 ou 4, ou mesmo duas ao ano, e, além disso, mantêm lavouras de subsistência dentro do café, de modo a diminuir o custeio. Pode-se assim dizer que as lavouras não se “mantêm” nessa base de preço, que elas se “acabam” à medida que se acentua o desgaste de fertilidade do solo. É aliás o que tem ocorrido historicamente

com nossas lavouras de café. O desgaste do solo, a incapacidade de conservar e de repor a fertilidade, fizeram com que as lavouras caminhassem sempre em busca de terras novas. Agora que já não se dispõe de reservas nesse sentido, deve-se mudar de atitude a fim de que a lavoura possa permanecer em nosso Estado ou mesmo em nosso País.

Com base nessa situação e considerando-se que com o nível médio dos agricultores do País, não se pode esperar no momento, uma produtividade mínima superior a 50 arrôbas por 1 000 (mil) pés, deve-se adotar um preço em cruzeiros que permita pelo menos a manutenção da lavoura dêsse nível de produtividade.

Os dados apresentados no Quadro IV e em gráfico, fornecem elementos para determinação dêsse preço. No gráfico em questão, além das linhas de rendas brutas por mil pés obtidas a vários preços de café no interior e a vários níveis de rendimento agrícola, são apresentadas as curvas de custo de produção de dois tipos de lavouras — sem adubação química (com rendimento de 25 a 50 arrôbas por mil pés) e com adubação (rendimento acima de 50 arrôbas). Além disso, na faixa superior do gráfico foram incluídas curvas de remuneração, em

que se admite um pagamento considerado “mínimo razoável” aos fatores utilizados no processo produtivo, ou seja ao capital, à terra e ao empresário agrícola.⁽²⁾

Assim, pela observação do citado gráfico, chega-se à conclusão que um preço entre 10 000 e 12 000 cruzeiros permite cobrir as despesas de produção de uma lavoura de 50 arrôbas, deixando uma margem pequena para a remuneração dos fatores. A êsse nível de preços, as lavouras de 75 arrôbas já teriam uma remuneração considerada como perto da razoável e as de 100 arrôbas apresentariam ainda uma sobra bem significativa para o empresário melhor remunerar os fatores. No entanto, no caso das lavouras de 25 arrôbas, êsse preço só seria suficiente para cobrir as despesas de produção, constituindo-se, portanto, em um elemento de desestímulo.

Assim, uma vez estabelecido o preço base, dentro da citada variação, poder-se-ia determinar preços para as várias qualidades (tipos) incluindo-se aí as despesas necessárias para rebenéfico e catação, e para os cafés das duas principais zonas do País, ou seja, as zonas de melhor qualidade — São Paulo, Paraná e Sul de Minas — e as de pior qualidade — Espírito Santo, Estado do Rio e Zona da Mata.

(2) A remuneração considerada razoável foi de 12% para a terra, capital fixo e de operação e diferentes retiradas para pagamento pelo trabalho do empresário, conforme o nível de produtividade da lavoura (de 70 a 90 mil cruzeiros para uma lavoura de 50 mil pés).

QUADRO IV

Custo de Produção da Exploração de Café em Diversos Níveis de Técnica e Produtividade, São Paulo, 1962/63

(Modêlo baseado em propriedades com lavouras de 50 000 cafeeiros produzindo 100, 75, 50 e 25 arrôbas por 1 000 cafeeiros).

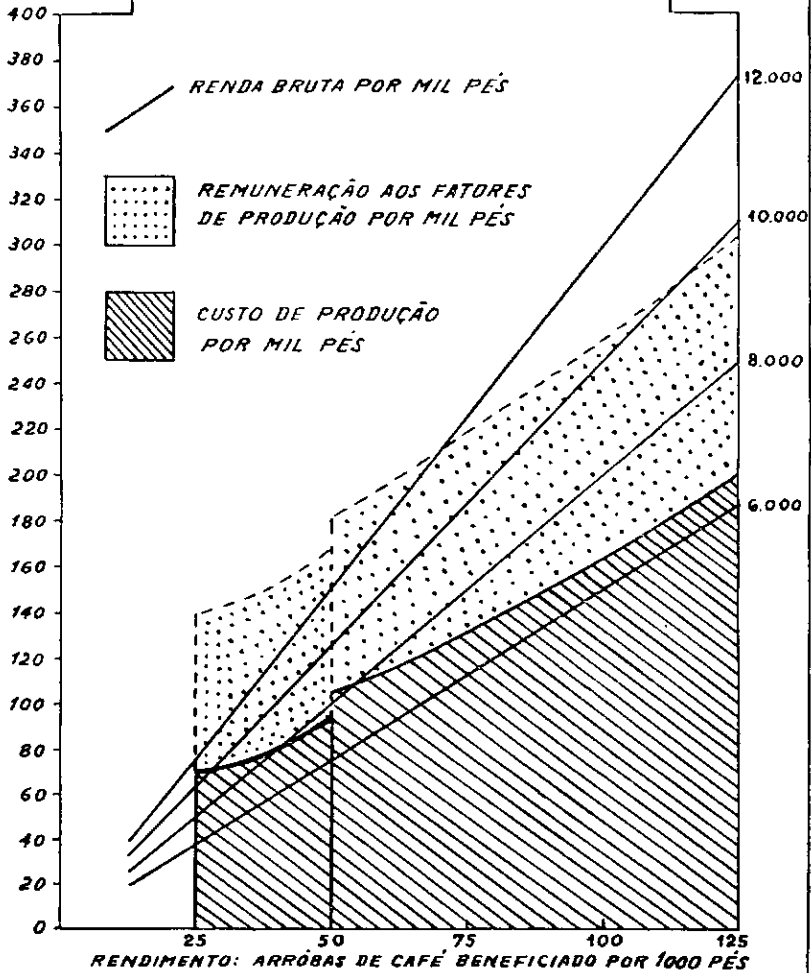
Cruzeiros por mil pés ou por saca

ITENS	Lavouras produzindo — por mil pés			
	100	75	50	25
	<i>arrôbas de café beneficiado</i>			
	75	56	38	20
	<i>sacas de café em côco sêco</i>			
	25	18,5	12,5	6,5
	<i>sacas de café beneficiado</i>			
<hr/>				
I — <i>Produção:</i>				
A — <i>Operação de carpa</i>	22 250	22 250	22 250	22 250
Tratos culturais	12 080	9 795	9 015	6 400
Colheita	22 410	18 900	13 120	8 400
Transp. café da roça	2 504	2 504	1 252	1 252
Secar e recolher café	4 288	3 216	2 144	1 608
	63 532	56 665	47 781	39 910
B — <i>Materiais consumidos:</i>				
Adubo químico	52 800	33 655	23 989	—
Estêrco de curral	10 000	10 000	6 000	4 000
Mudas para replantio	100	100	100	100
Sacaria de colheita e utensílios	250	188	125	65
	63 150	43 943	30 214	4 165
C — <i>Despesas adicionais de custo:</i>				
Administração	6 000	6 000	6 000	6 000
Despesas gerais	7 950	6 360	5 565	5 565
	13 950	12 360	11 565	11 565
D — <i>Depreciação de benfeitorias e do cafézal:</i>				
Benfeitorias	6 575	6 575	6 575	6 575
Cafézal	6 666	5 000	2 666	1 000
	13 241	11 575	9 241	7 575
Custo de Produção por 1 000 cafeeiros	153 873	124 543	98 741	63 215
Custo de Produção por saca de café em côco sêco	2 052	2 224	2 598	3 327
II — <i>Beneficiamento:</i>				
Custo de 3 sacas de café em côco, beneficiado sêco (40 kg)	6 156	6 672	7 794	9 981
Custo de beneficiamento de 3 sacas de café em côco	180	180	180	180
Valor da embalagem (um saco de anagem para café)	240	240	240	240
Transporte de 3 sacas de café em côco para a usina de beneficiamento	75	75	75	75
Custo de Produção de uma saca de café, beneficiado	6 651	7 167	8 289	10 476

RENDA BRUTA
CUSTO DE PRO-
DUÇÃO E RE-
MUNERAÇÃO
AOS FATORES
Cr.\$ 1000
POR MIL PÉS

CAFÉ RENDA BRUTA CUSTO
DE PRODUÇÃO E REMUNERA-
ÇÃO AOS FATORES A DIVERSOS
NÍVEIS DE RENDIMENTO E
PREÇO - 1962/63.

PREÇO NO
INTERIOR
Cr.\$/SACO
BENEFICIADO



des. J. Cabianca

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como medida imprescindível ao pleno funcionamento do sistema de defesa de preços no mercado interno, o que até agora não foi conseguido nos últimos anos, o I. B. C. deverá, desde o início da safra, estar presente no mercado (portos e Interior), adquirindo os vários tipos de café aos preços previamente estipulados para o final da safra, podendo-se prever tabelas de defasagens (conforme os meses) para as compras antecipadas. Ou, então poder-se-ia propiciar aos cafeicultores um financiamento nas bases previstas para a compra do café no Interior. Com a aplicação de qualquer dessas medidas, ter-se-ia um preço mínimo efetivo no Interior, o que é essencial para se obter maior sucesso na estabilização das cotações externas, porque coloca um limite na possibilidade dos exportadores fazerem ofertas cada vez mais baixas, quando ocorre uma temporária paralização nas vendas externas.

Cabe ainda, aqui salientar que deve ser evitada a adoção de qualquer tipo de "equalização" dos cafés das safras anteriores, pois isso significaria maiores preços em cruzeiros na exportação por produto já adquirido a preços bem menores, o que também poderá, pelo interesse dos exportadores em

realizar negócios, favorecer a oferta de cafés a preços mais baixos no mercado mundial.

Com o objetivo de disciplinar a movimentação do café pode-se adotar um regulamento de embarques semelhante aos das safras anteriores, com a divisão da produção em duas séries: — de mercado e retida. Nesta última deveriam ser incluídas os de tipo inferior aos limites mínimos fixados para a exportação, digamos, tipo 5 para a zona de melhor qualidade e tipo 6/7 para a de pior.

Não há dúvida que para por em execução um plano de safra como o delineado, o próprio café fornecerá os recursos financeiros, uma vez que as exportações dessa safra deverá render de 660 a 700 milhões de dólares, o que à taxa atual de 600 cruzeiros por dólar significa um valor em cruzeiros de 400 a 420 bilhões de cruzeiros. Como, aos preços programados os valores FOB das exportações totais deveriam se situar em torno de 280 bilhões, ainda restariam de 120 a 140 bilhões de cruzeiros, recursos suficientes para fazer face à aquisição dos cafés não exportados e às despesas com a movimentação e armazenamento do café, construção de novos armazéns e ao programa de racionalização da cafeicultura (GERCA).

PREÇOS MÍNIMOS PARA A SAFRA DE 1963/64 (*)

Eng.º Agr.º CONSTANTINO CARNEIRO FRAGA

Nas perspectivas para o próximo ano agrícola de 1963/64 há uma série de novos fatores de influência, além daqueles que normalmente estão presentes e que precisam ser considerados para o estabelecimento da garantia de preços mínimos aos produtos agrícolas. Antes porém, cabe algumas considerações sobre o atual ano agrícola, as quais, com base nos dados ainda preliminares seriam:

a) o volume das culturas mais importantes variou de forma mais ou menos normal, em relação à estação precedente. Houve aumentos significativos nas colheitas de mandioca, feijão, café, milho e arroz (estes dois últimos em menores proporções) e reduções em menor escala que aqueles aumentos nas safras de cana, algodão e amendoim. Nas culturas menores, a tendência foi para colheitas minguadas como ocorreu com a soja, o trigo e a mamona;

b) a comercialização de alguns dos mais importantes produtos foi bastante perturbada devido a uma série numerosa de causas e isto não só acarretou prejuízos aos produtores como suas sequelas poderão refletir-se no próximo plantio. Assim e fazendo abstração do café, cujas dificuldades de comercialização de há muito se tornaram crônicas, cumpre citar os percalços vividos pelos produtores de algodão, mandioca, milho e ultimamente, da cana. Obviamente, para algumas dessas culturas os óbices foram maiores.

Desta feita a comercialização do amendoim não trouxe maiores problemas, o mesmo ocorrendo com o feijão e o arroz;

c) a renda bruta proporcionada pela agricultura em termos de valor constante da moeda, provavelmente será um pouco superior à do ano precedente graças sobretudo às maiores colheitas de café, arroz e feijão,

(*) Trabalho elaborado em julho de 1963 como contribuição às autoridades estaduais e federais no estabelecimento dos preços mínimos para a safra agrícola 1963/64.

produtos de elevado valor específico. Esse aumento entretanto deverá ser pequeno e talvez não iguale o ritmo dos últimos anos. Deve-se deixar claro no entanto que a falta de dados existentes no momento sobre este assunto, torna excessivamente aleatória qualquer avaliação quanto ao comportamento da renda bruta. Quanto aos fatores novos a que atrás se aludiu, cabe citar:

a) a entrada em vigor, a partir de 31/12/63 do artigo 2.º e seu parágrafo único das novas disposições da Lei 1.506 que impede a estensão da garantia dos preços mínimos aos produtores através dos intermediários. Já tendo o boletim "Agricultura em São Paulo" tecido comentários a respeito do assunto em seu n.º 12, Ano IX, de dezembro de 1962, prescindiremos aqui de outras considerações. Cumpre entretanto deixar bem claro que, caso não seja prorrogado o prazo para vigência ou feita outra modificação qualquer, o órgão encarregado da execução da garantia de preços terá enormemente cerceada sua já reduzida capacidade de atuação;

b) a presença do estatuto do trabalhador rural com seus encargos e demais implicações que acarretará às atividades agrícolas.

Não se cuidará aqui da análise dos méritos dessa instituição legal, a qual, de resto, nos parece em grande parte acertada. O que cumpre acentuar é que o seu impacto na economia das propriedades agrícolas será provavelmente bastante acen-

tuado, mormente na fase inicial de ajustamento, que além das dificuldades que lhe são inerentes tendem a se agravar pelos efeitos psicológicos e influências políticas. Parece razoável admitir-se que uma das consequências desse estatuto, ao menos nos primeiros tempos, terá sido a de propiciar maiores incentivos à pecuária de corte;

c) a questão da reforma agrária cujos debates invadiram rapidamente não só a área política como outros setores menos favoráveis ao exame sereno da questão, dando em resultado a mobilização mental de inúmeros setores da Nação e para alguns deles gerando um clima de exaltação que pode acarretar prejuízos às atividades agrícolas.

Os dois últimos fatores que vêm de ser apontados tendem, em seu todo, a influenciar negativamente as atividades da lavoura no próximo ano agrícola, enquanto o primeiro poderá acarretar graves perturbações à comercialização da próxima safra com profundos reflexos nas seguintes.

De tudo o que foi dito é-se levado a admitir que as perspectivas para o próximo ano agrícola, se não chegam a serem sombrias não são no entanto alentadoras. Cumpre dizer que nem tudo é adverso. Há certas forças ou circunstâncias que tendem a estimular o próximo plantio. Estariam neste caso a maior dinamização que foi dada ao crédito agrícola (tais como a maior difusão da cédula rural pignoratícia e a

extensão da nota de crédito rural ao pequeno produtor) a continuidade do programa do Gerca e até mesmo uma possível melhoria nos preços do milho em consequência do aumento do consumo interno provocado pela estiagem. De qualquer forma entretanto parece certo que tais fatores não anulariam senão uma reduzida fração das forças contrárias. Ademais ressalte-se que o programa da erradicação dos cafêzais tende a diminuir de intensidade à medida que os cafeeiros a serem arrancados estejam mais próximos do nível de rentabilidade econômica. Também a hipótese relativa ao milho encontra maiores possibilidades (que são poucas) de ocorrer em meses mais afastados, quando já ultrapassada a época de plantio. O fato real até o momento observado é que para este cereal o preço médio recebido pelo produtor e para o Estado em seu todo mantêm-se, ao menos aparentemente, abaixo do preço mínimo.

Das considerações apresentadas infere-se que a próxima safra, talvez mais que as anteriores, necessitará fundamentalmente não só do amparo governamental em outros aspectos, como também do apoio através da garantia de preços mínimos, que lhe favoreça a expansão nos setores em que a mesma seja recomendável e que em qualquer caso venham em auxílio de estabelecimento de condições que lhe permita um aumento de renda capaz de capacitá-la a enfrentar os novos encargos sociais, a atender as necessidades do consumo interno bem co-

mo aquelas do comércio exterior, em níveis compatíveis com os reclamos do desenvolvimento do país. Pelo fato de neste ano terem melhorado bastante as condições do abastecimento interno, em decorrência principalmente das colheitas mais abundantes de gêneros alimentícios, não se deve cogitar da fixação de preços de garantia que se afastem das funções acima mencionadas, pois é preciso ter em conta o seguinte:

a) cumpre sejam feitos os maiores esforços no sentido de quebrar o círculo vicioso de pequenas colheitas com preços elevados seguida de safras abundantes com aviltamento de preços e para isso, uma das melhores armas de que dispõe o Governo é a garantia de preços mínimos;

b) as colheitas mais volumosas deste ano em relação ao precedente não podem ser atribuídas senão em escala muito reduzida, aos níveis de preços mínimos, pois se é verdade que estes já adquiriram bastante influência no caso de certas culturas, para outras ela é ainda pouco significativa. Os preços do mercado na época do plantio (que entre nós continua a ser o fator decisivo) além doutras causas, é que tiveram ação preponderante na expansão citada;

c) os benefícios que a instituição dos preços mínimos podem trazer no sentido de solidificar as explorações agrícolas dependem da sua atuação continuada;

d) urge maiores esforços que visem a melhoria do abastecimento alimentar, muito longe ainda de ser satisfatório.

Finalmente, saliente-se a respeito do argumento por vezes invocado, de que o aceno duma majoração do preço mínimo inicial por ocasião da colheita como é agora previsto em lei, constitui de "per si" um fator de estímulo ao produtor na época dêste tomar suas decisões quanto ao plantio, não se justifica, salvo talvez em reduzidíssimas proporções. Isto, entre outras, pelas razões seguintes:

a) a majoração em causa não é obrigatória, ficando a critério do órgão responsável pela garantia de preços e não podendo assim ser considerada antecipadamente;

b) o montante dessa eventual majoração é desconhecido. Ademais ela está prevista apenas para os casos de aumento nos custos.

O critério que já vem sendo utilizado há alguns anos, isto é, aquele de procurar manter para os produtos agrícolas preços que acompanhem as modificações ocorridas no valor da nossa moeda, ao mesmo tempo que efetuando as adaptações que cada caso em particular requeira, poderá atender os objetivos anteriormente propostos.

Através da projeção do índice geral de preços para meados de 1964 e fazendo-se incidir essa variação nos preços dos produtos agrícolas, pode-se emprestar a estes e em termos aproximativos, um valor real constante em relação a períodos precedentes. As correções posteriores, a serem introduzidas em função das exigências peculiares a cada produto que será ob-

jeto da garantia de preços, levará à determinação final da base do preço mínimo a ser assegurado. Neste ano, além das objeções normais que se pode levantar contra êste critério, haveria aquela da existência de planos econômicos de âmbito nacional onde se procura disciplinar o ritmo inflacionário porque atravessa o país. No entanto, cumpre notar que a projeção adotada admite para o ano próximo, a mesma taxa de incremento inflacionário verificada em 1962 ou seja, uma estabilização no ritmo da inflação, o que aliás não tem sido conseguido nos últimos tempos. Em realidade, as projeções determinadas por êste critério para os anos anteriores têm sido sempre superadas por uma inflação mais acelerada. Ante a constatação dêsse fato e não havendo ainda sinais consistentes em apoio de tendência inversa, não há como afastar-se daquele critério já por si e comprovadamente moderado. O índice geral dos preços (índice 2) da Fundação Getúlio Vargas será mais uma vez adotado como base para o cálculo dessa projeção e os preços recebidos pelos produtores e coletados pela Divisão de Economia Rural serão tomados como representativos dos preços agrícolas.

A seguir, serão considerados os casos de cada produto em particular, cabendo dizer que o rol dos mesmos será semelhante àqueles dos anos anteriores muito embora a nova lei dos preços mínimos já não contemple a extensão obrigatória da garantia de preços mínimos a nenhum produto.

ALGODÃO

Na temporada internacional de 1962/63 que deverá findar-se a 31 de julho próximo, observou-se certo enfraquecimento da posição algodoeira mundial. Alguns dos fatos principais que originaram essa situação foram os seguintes:

a) aumento geral na produção não só nos EE.UU como no conjunto dos demais países do Ocidente e que no total atingiu cerca de 2 milhões de fardos. É bem verdade que a recuperação das colheitas do Egito e da Índia onde muito algodão não é do tipo "americano" foi a responsável pelo maior contingente desse aumento;

b) tendência para uma redução no consumo em termos globais, para os países situados fora da "cortina de ferro". Essa redução foi particularmente acentuada nos EE.UU. onde é estimada uma "queda" de 700 mil fardos sobre um total no ano anterior de 9 milhões. Embora continue sendo atribuída a essa contração do consumo o caráter cíclico, habitual na economia dos têxteis, pela primeira vez observou-se a conjugação duma diminuição do algodão com aumento no consumo das fibras artificiais, sintoma considerado grave para certos círculos;

c) maiores estoques (cerca de um milhão de fardos a mais) existentes nos países exportadores quando do início da estação. O comportamento dos preços refletiu essa situação pois os mesmos acusaram tendência para declínio, até pelo menos, o início do presente ano.

Quanto às perspectivas para a próxima estação comercial a iniciar-se em 1.º de agosto, o que se pode dizer com base nas insuficientes informações até o momento disponíveis, é o seguinte:

a) os EE.UU. irão iniciar o ano com um estoque de aproximadamente 10 milhões de fardos, o maior desde 1957 e cerca de 25% superior ao da temporada precedente;

b) a primeira estimativa da área de plantio norte-americana é de 14,8 milhões de acres ou, aproximadamente 10% menor que a do ano anterior. Como o rendimento deste último foi muito próximo da média anual do último quinquênio, pode-se admitir que o volume da próxima safra também deverá ser a grosso modo, 10% inferior e neste caso ela seria aproximadamente de 13,3 milhões de fardos, a menor dos últimos 5 anos.

c) os estoques nos principais países importadores estão baixos e prevê-se que em seu conjunto serão, a 1.º de agosto próximo, inferiores em cerca de 1 milhão de fardos à igual data do ano passado;

d) nos últimos meses observa-se sinais de reação nos preços e na indústria têxtil em alguns dos principais países importadores. O grande contingente de algodão nas mãos da C. C. C. americana e cuja liberação só é possível a preços superiores aos do mercado também tende a agir no sentido da firmeza dos preços;

e) o preço mínimo de garantia estabelecido nos EE.UU. para o tipo "Middling 1" foi o mesmo que vigorou para o ano passado, isto é, 32,47 cents/lb embora o preço mínimo médio seja levemente inferior (31,70 cents para a próxima safra versus 31,88 nesta.) De qualquer forma, não existem alterações substanciais nestes preços.

Dêsse balanço de circunstâncias favoráveis e desfavoráveis, parece lícito admitir-se que o mercado internacional tende a ser relativamente estável no próximo ano, embora dentro dum contexto bastante frágil de grandes estoques e com os EE.UU. como árbitro da situação mundial.

No plano interno cabe preliminarmente apontar as seguintes características da presente safra de São Paulo, com os dados, ainda incompletos frise-se, de que se dispõe:

a) em relação à precedente, o volume desta colheita registrará uma queda aproximada de 11% ;

b) a redução nos preços reais do produto ocorrida na safra anterior, as perturbações com a comercialização da mesma, a competição de outras explorações notadamente o amendoim e o preço mínimo estabelecido em bases que em termos reais representavam maior redução, estão entre as causas principais desta ocorrência. De resto, registre-se que não fôra o tempo favorável por ocasião da semeadura, a contração no plantio seria maior, tal como fazia prever a queda verificada na distribuição de sementes;

c) o rendimento médio deverá situar-se em torno de 169,1 arrôbas de algodão em caroço, muito próximo daquele do ano anterior, que foi de 169,7 e do recorde de 170,9 estabelecido em 1959/60. Para as nossas condições trata-se de rendimento muito bom;

d) no que se relaciona à distribuição por tipos, a atual safra mostra-se inferior à que lhe precedeu. As dificuldades de braços e o elevado custo da colheita devem ter sido os principais responsáveis por êste facto, já que o transcurso do tempo foi francamente favorável neste particular à cultura;

e) o comprimento médio da fibra continuou a melhorar, registrando-se maior porcentagem de fibras mais longas, o que se deve lançar à crédito da seleção de variedades promovida pelo Instituto Agrônomico de Campinas;

f) a comercialização do produto por parte dos lavradores foi bastante perturbada e isto pelo segundo ano consecutivo. Os reajustes de preços, tanto internos como de exportação constituíram a base dessas anomalias;

g) os preços que os produtores receberam pela venda dos seus algodões continuaram a baixar. Na safra anterior isto é, 1961/62, tais preços em termos do real valor aquisitivo da moeda já tinham sofrido queda de cerca de 16% em relação a um ano atrás e de mais de 22% se comparados com a média do quinquênio 1948/52. Neste ano, de acordo com os dados ainda não definitivos, o preço médio

gira em torno de Cr\$1 194,50 por arrôba o qual, se corrigido pela projeção do índice geral de preços irá registrar uma queda de 6% em relação ao ano precedente e de 25% inferior à média do quinquênio 1948/52.

Nestes preços relativamente

baixos reside sem dúvida uma das principais razões para certo desânimo que se observa entre os lavradores com relação à cotonicultura.

O Quadro I mostra o desenvolvimento da cultura algodoeira nos últimos anos.

QUADRO I
Cultura do Algodão em São Paulo

Safras	Média quin- quênio 1948/52	Média quin- quênio 1953/57	1948/52	1953/57	1957/58	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63
Área plantada:										
1 000 alq.	452	301	170	200	206	235	280	250		
Produção de al- godão em ca- roço:										
1 000 arrôbas .	40 930	36 706	26 285	33 495	35 197	35 067	47 514	42 297(*)		
Toneladas ..	613 947	550 597	394 271	502 431	527 963	526 000	712 712	634 455(*)		
Rendimento A- grícola de al- godão em caroço:										
Arrôbas/alq. .	90	124	155	167	171	149	170	169		
Quilos/hectare	557	769	959	1 038	1 058	925	1 052	1 049		
Preços recebidos pelos lavradores em Cr\$ por 15 kg de algodão em caroço:										
Corrente	78	129	194	251	390	588	744	1 194(*)		
Deflaciona- dos(1)	78	59	59	59	66	73	61	59(*)		
Índice geral dos Preços no Brasil(2)	100	217	329	461	587	805	1 211	2 014(*)		

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(*) Dados preliminares.

(1) Os preços deflacionados referem-se ao valor médio do cruzeiro no quinquênio de 1948/52, tendo-se utilizado como deflador o índice "2" da "Conjuntura Econômica".

(2) Calculado com base no índice "2" da "Conjuntura Econômica".

Acrescentando-se ao balanço acima a tendência para os bons preços que vem registrando o amendoim, cultura que em nosso meio é competitiva à do algodão e os outros fatores já mencionados, é-se forçado a concluir pelas perspectivas pouco animadoras que cercam o futuro ano algodoeiro em São Paulo.

Há no entanto razões de sobra para que se intente os maiores esforços no sentido de soerguer esta atividade agrícola em São Paulo. Para não falar na sua enorme importância como fornecedor de matéria-prima para a nossa indústria interna e como a mais destacada das lavouras anuais que forne-

cem dinheiro ao pequeno produtor (cash crops) urge que se atente para o seguinte:

a) a curto prazo, o algodão é provavelmente o produto agrícola que oferece melhores possibilidades para a maior obtenção de divisas pelo país, uma vez que sua produção pode ser expandida, sem maiores contratempos, numa escala relativamente ampla;

b) ainda a curto prazo essa expansão mostra-se muito mais exequível na região geoeconômica de São Paulo do que em outras regiões pois, aqui a infra-estrutura para essa atividade (fornecimento de sementes, assistência técnica, máquinas de benefício, transportes, armazenagens etc.) encontra-se muito mais desenvolvida e já se mostrou capaz de atender à colheitas muito mais abundantes. É portanto por esta região que se devem voltar os esforços para o reerguimento da lavoura algodoeira no próximo ano, sem prejuízo é claro, de igual empenho que podem ser estendidos às outras regiões produtoras.

Nêsse esforço de recuperação e no que diz respeito à influência que pode exercer a garantia de preços mínimos, o mais acertado parece ser o estabelecimento de bases que assegurem ao algodão preços que em termos do seu real valor aquisitivo se aproximem daquele que em média vigorou no período 1948/52.

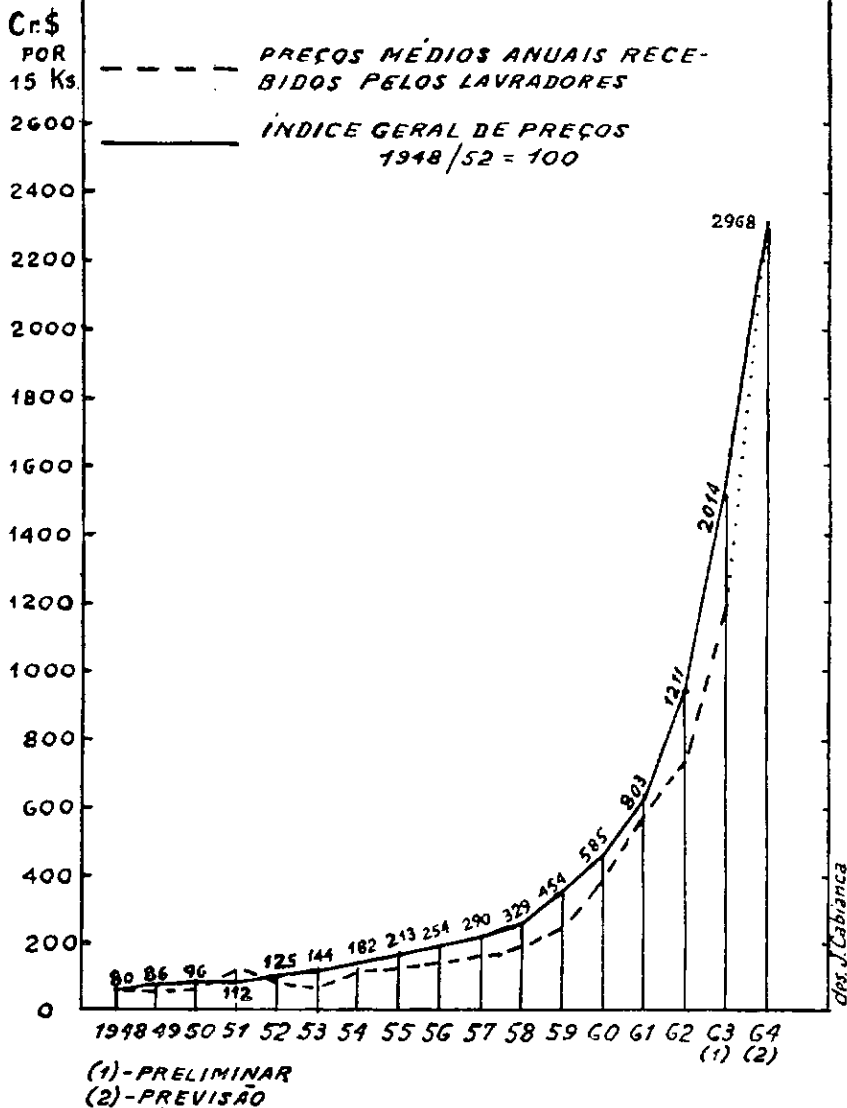
A projeção do índice de preços segundo o critério atrás exposto irá indicar como média de 1964 a grandeza de 2 968 em relação ao valor 100 do quinquênio 1948/52. Com base nêsse índice, o preço médio da ar-

rôba de algodão em caroço que teria um valor equivalente à média do período 1948/52 seria de Cr\$ 2 315,00. Como êste preço se refere à média para o Estado e admitindo-se, na falta de outros dados, uma diferença de 10% entre êsse preço médio e aquele do ponto mais distante do interior, haveria que proceder-se a êsse desconto para chegar-se finalmente ao preço de Cr\$ 2 084,00 ou, arredondando, Cr\$ 2 080,00 para o tipo "5" ou regular.

Como já foi dito, êste preço "deflacionado" corresponderia ao preço médio que vigorou no período 1948/52 (caso se admita que com a base acima no ponto mais distante o preço médio do Estado se situe em tórno de Cr\$ 2 315,00). Todavia, êle é cêrca de 76% superior ao preço mínimo básico da presente safra (Cr\$ 1 180,00) e assim parece razoável admitir-se que no capítulo dos preços mínimos êle estaria atendendo em ampla escala ao estímulo de que imperiosa e urgentemente está precisando a lavoura de algodão.

Fazendo-se incidir sôbre as despesas de comercialização aumentos igualmente proporcionais às variações ocorridas com o índice de preços constatar-se-á que os Cr\$ 2 080 por arrôba de algodão em caroço do tipo "5" em Mirante do Paranapanema correspondem "grosso modo" a Cr\$ 7 534,00 por igual pêso de algodão em pluma, tipo "5", FOB/Santos. Admitindo-se o preço internacional de 24 cents/lb pêso, FOB/Santos, a taxa de câmbio necessária para permitir a exportação do produto, giraria em tórno de Cr\$ 950,00.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ALGODÃO
EM CAROÇO NO ESTADO DE SÃO PAULO.



AMENDOIM

O presente ano agrícola interrompeu a série contínua de aumentos na área e produção de amendoim que vinha sendo observada a partir de 1956/57 (para o volume de produção desde 57/58). Com efeito, a temporada de 62/63 registra para o conjunto das duas safras ("das águas" e "da seca") uma queda aproximada de 20% na área de plantio e 12% no volu-

me da produção, sobre o ano precedente. As dificuldades de comercialização verificadas na grande safra anterior bem como a redução nos preços reais do produto (cerca de 20% a menos sobre a temporada anterior de 1960/61) devem ter sido as principais causas desses efeitos acusados pelo presente ano. O Quadro II resume o que vem de ser dito.

QUADRO II

Amendoim em São Paulo — (Safras das "águas" e da "seca")

Períodos e Safra	Área plantada 1 000 alqueires	Produção amendoim 1 000 sacas - 25 kg em casca	Rendimentos sacas/alq.	Preços médios recebidos p/ lavradores Cr\$ por saca	Preços deflacionados ⁽¹⁾	Índice geral dos preços no Brasil ⁽²⁾
Média 1948/52	64,8	6 355	98	57	57	100
Média 1953/57	62,8	6 722	107	127	58	217
1957/58	100,0	13 552	136	161	49	329
1958/59	103,0	14 540	141	219	47	461
1959/60	122,0	14 500	119	436	74	587
1960/61	176,6	18 600	105	519	65	805
1961/62	198,0	21 800	110	642	53	1 211
1962/63	158,0	19 200	121	1 300*	64*	2 014*

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(*) Dados preliminares.

(1) Os preços deflacionados referem-se ao valor médio do cruzeiro no quinquênio 1948/52, tendo-se utilizado como deflator o índice "2" da "Conjuntura Econômica".

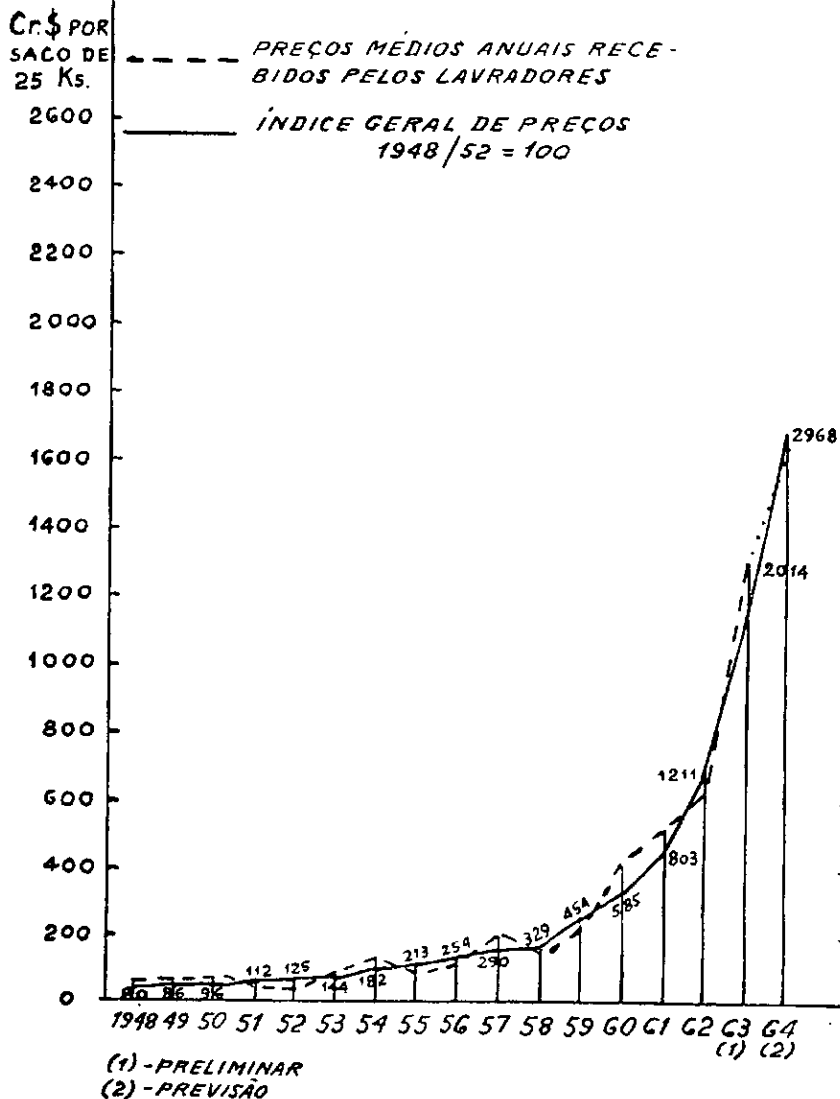
(2) Calculado com base no índice "2" da "Conjuntura Econômica".

O exame rápido do Quadro II mostra a posição de certo modo privilegiada que acusa o comportamento dos preços do amendoim, os quais, em muitos anos têm-se mantido, em valor real, acima dos preços médios verificados no quinquênio 1948/52. Isto pode também ser observado no Gráfico 2.

Os preços relativamente bons do amendoim tem sido uma das causas do sucesso desta cultura entre nós.

As perspectivas para o próximo ano são bastante favoráveis a julgar-se pelas informações até o momento disponíveis. As elevações dos preços neste ano foram bem acentuadas, po-

GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO AMENDOIM
EM CASCA NO ESTADO DE SÃO PAULO.



dendo-se estimar que sua média deverá ultrapassar em mais de 20% aquela verificada no ano passado e em 12% a do período 1948/52, tudo em termos do valor constante da moeda. As perspectivas quanto ao suprimento de óleos e gorduras comestíveis também são no sentido de concorrer para estimular o próximo plantio.

Tendo em vista as considerações expostas, parece cabível admitir-se que a incidência da variação no índice de preços sobre os últimos preços mínimos aprovados para a atual safra "da seca" (Decreto Federal n.º 52.153 de 25/6/53, D. O. U. de 1/7/63) e não a estimativa do preço médio recebido pelos lavradores, será suficiente para lograr os objetivos dum amparo ao futuro plantio que tende, como foi dito, a acusar expansão. Assim procedendo, ir-se-á encontrar os preços arredondados de Cr\$ 1 860,00 e Cr\$ 1 785,00, respectivamente para as classes "graúda" e "miúda" por saca de 25 quilos em casca. Cumpre notar que os preços acima sugeridos, que tiveram como geratriz os preços atuais, se refe-

rem ao produto posto São Paulo. Observe-se ainda que as bases acima sugeridas se estendem ao tipo "3" da nova classificação vigente embora as bases atuais que serviram de ponto de partida para estimar-se aquelas, se refiram ao tipo "1". Dentre as razões que conduzem a essa divergência com o órgão responsável pela garantia de preços, na escolha do tipo de amendoim que irá servir como referência aos preços mínimos, convém citar:

a) o melhor tipo da escala de classificação, o "1", praticamente não é seguido pelo produtor. Desta forma, não só o cálculo dos deságios torna-se obrigatoriamente teórico como, pela falta de suficiente esclarecimento, muitos produtores são induzidos a êrro no julgamento dos preços mínimos assegurados ao seu produto;

b) a norma comercial é a de eleger-se como tipo básico aquele em que mais freqüentemente se distribue a produção, estabelecendo-se a partir do mesmo os ágios para os tipos superiores e deságios para os piores.

ARROZ

Não obstante a presente safra agrícola ter sido o resultado dum área de plantio 50% maior, o seu volume de produção superará apenas em 18% aquele do ano precedente. Com isso, o rendimento por unidade de área será o menor dos últimos sete anos o que é bastante sério, já que se trata dum lavoura que em São Paulo apresenta rendimentos baixíssimos.

A falta de chuvas que afetou bastante a lavoura de arroz em São Paulo, fê-lo também com tanta ou ainda maior intensidade nos estados centrais e isto fez com que os preços se firmassem, mantendo-se bem acima das bases de preços mínimos. Tal fato muito contribuiu para que não houvessem distúrbios maiores na comercialização do produto. É fato notório que

São Paulo, de há muito que não produz o arroz suficiente para atender o seu consumo dependendo para isso do suprimento de outras regiões produtoras. Por si só entretanto êste fato não constitue razão bastante para que São Paulo intente por todos os meios obter a auto-suficiência na produção de arroz, pois o sistema de "plantio em sequeiro" aqui predominante oferece grandes riscos à produção e tais riscos constituem sé-

rio fator impeditivo à aplicação de melhores técnicas. O estímulo à lavoura de arroz, sem excluir evidentemente o amparo aos preços, deve ser conjugado com medidas que tendam a modificar o seu atual sistema de exploração (irrigação, aproveitamento das várzeas e vales úmidos etc.). O Quadro II e Gráfico 3 dão uma idéia do desenvolvimento da orizicultura paulista nos últimos anos.

QUADRO III
Arroz em São Paulo

Periodos e Safra	Área plantada	Produção arroz em casca	Rendimentos sacas/alq.	Preços médios recebidos p/ lavradores Cr\$ por saca		Índice geral dos preços no Brasil ⁽²⁾
	1 000 alqueires	1 000 sacas 60 kg		Preços correntes deflacionados ⁽¹⁾	Preços	
Média 1948/52	204	11 759	57,5	147	147	100
Média 1953/57	224	9 205	41,4	440	207	217
1957/58	226	9 000	39,8	707	215	329
1958/59	246	10 800	43,9	770	167	461
1959/60	237	11 000	46,4	845	144	587
1960/61	266	13 200	49,6	1 000	125	805
1961/62	210	10 200	48,6	2 880	238	1 211
1962/63	315	12 000	38,1	4 750*	236*	2 014*

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(*) Dados preliminares.

(1) Os preços deflacionados referem-se ao valor médio do cruzeiro no quinquênio 1948/52, tendo-se utilizado como deflator o índice "2" da "Conjuntura Econômica".

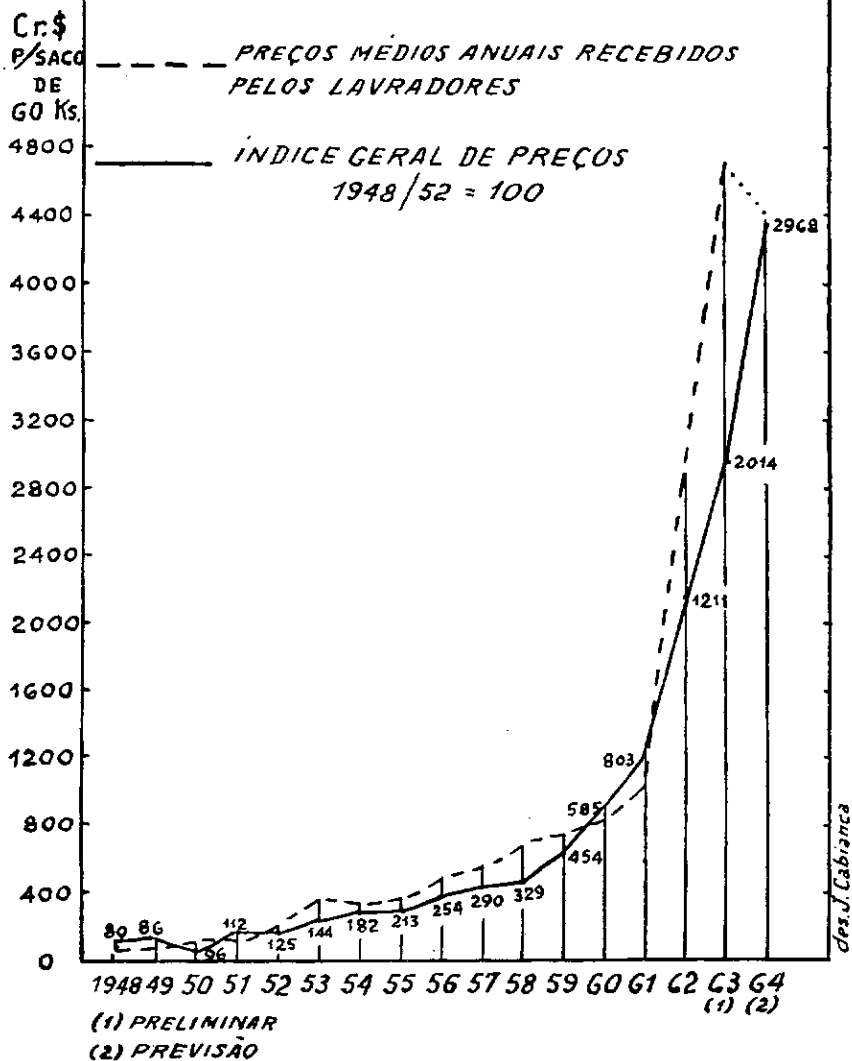
(2) Calculado com base no índice "2" da "Conjuntura Econômica".

O exame do quadro indica que não obstante terem os preços do arroz mostrado tendência de reais elevações nêstes últimos anos, não houve desenvolvimento proporcional da área de plantio e muito menos no volume da produção. A expansão desta cultura em outras regiões do país, mormente no Brasil-Central e o sistema de

exploração "em sequeiro" em nosso Estado, inserem-se entre as principais explicações desta ocorrência.

A vista do que foi dito e tendo em conta a básica importância deste cereal no abastecimento alimentar interno, parece plausível admitir-se que a extensão de preços mínimos, baseados não no preço médio esti-

GRÁFICO 3
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ARROZ EM
CASCA NO ESTADO DE SÃO PAULO



mado para a presente safra mas nos preços mínimos que para a mesma tinham sido propostos pela Secretaria da Agricultura (Cr\$ 3 000,00 por 60 quilos de arroz em casca) poderia emprestar a esta lavoura o apoio que no setor de preços se torna ajustado aos objetivos

mencionados, sem descambar para um estímulo exagerado. Com as devidas correções e em cifras redondas, êste preço seria o de Cr\$ 5 000,00 para o produto posto em São Paulo e referentes à saca de 60 quilos, dos tipos 1 e 2 de grãos médios.

FEIJÃO

Por serodio, não se irá aqui repisar na questão da importância dêste produto no abastecimento alimentar nem no atraso com que sua exploração é conduzida em São Paulo. Consigne-se entretanto que o conjunto das duas safras dêste ano acusou um aumento de 8% na superfície de plantio em relação à soma das safras do ano anterior e cerca de 38% a mais no volume das colheitas. Apesar desta melhoria, o rendimento por unidade de área permanece em níveis muito baixos. Os preços do produto, tomados em valor real e estimados com os dados ainda preliminares de que se dispõe deverão ser aproximadamente, 35% inferiores aos do ano passado mas, superiores em quasi 75% à média do quinquênio e também nitidamente maiores que os preços mínimos vigentes. No início, a comercialização da safra experimentou algumas perturbações, com substanciais quedas nos preços, tendo sido assinalada a venda de certas quantidades de feijão à Comissão de Financiamento da Produção. Com a antecipação do período de estiagem que afetou a safra "da seca", os preços firmaram-se e o escoamento do produto normalizou-se.

Tal como acontece com o arroz, São Paulo não produz feijão em quantidade que baste ao seu consumo e nem existem razões imperiosas para que procure fazê-lo a todo risco. No caso do feijão entretanto o "deficit" da produção interna é bem maior que o do arroz, pois enquanto para êste último a falta em termos grosseiros é de 1/4 a 1/3 da produção, para o feijão ela vai de 1/2 a 2/3. Ademais, a cultura de feijão necessita de firme e continuado apoio a fim de trazê-la do rotineiro sistema de subsistência para a cultura comercial.

O Quadro IV e Gráfico 4 fornecem uma idéia do desenvolvimento da cultura e preços do feijão em São Paulo nos últimos anos.

O exame do quadro mostra que os preços reais do feijão de modo geral têm acusado altas acentuadas. Todavia, para êste ano as estimativas preliminares apontam para uma queda de aproximadamente 35% em relação aos do ano passado. Embora êstes estivessem em níveis muito altos em virtude da escassez então observada e também parecendo verdade que a produção de feijão dado ao atraso em que se encontra, não responde aos preços com a mesma

GRÁFICO 4

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO FEIJÃO
NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Cr. \$
P/SACO
DE
60 Ks.

7000

6500

6000

5500

5000

4500

4000

3500

3000

2500

2000

1500

1000

500

0

PREÇOS MÉDIOS ANUAIS RECE-
BIDOS PELOS LAVRADORES

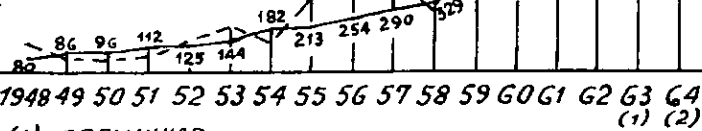
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS
1948/52 = 100

1948 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64

(1) - PRELIMINAR

(2) - PREVISÃO

des. J. Cabianca



QUADRO IV

Feijão em São Paulo — (Safras “das águas” e da “sêca”)

Períodos e Safra	Área plantada 1 000 alqueires	Produção 1 000 sacas 60 kg	Rendimentos sacas de 60 kg por alqueire	Preços médios recebidos p/ lavradores Cr\$ por 60 kg Preços correntes deflacionados ⁽¹⁾		Índice geral dos preços no Brasil ⁽²⁾
Média 1948/52	87	2 266	26,0	159	159	100
Média 1953/57	114	2 033	17,8	493	222	217
1957/58	131	2 500	19,0	447	136	329
1958/59	150	2 500	16,6	1 570	340	461
1959/60	108	1 933	17,2	1 840	313	587
1960/61	186	3 266	17,5	1 510	188	805
1961/62	148	1 940	13,1	5 190	428	1 211
1962/63	160	2 680	16,7	5 600*	278*	2 014*

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(*) Dados preliminares.

(1) Os preços deflacionados referem-se ao valor médio do cruzeiro no quinquênio 1948/52, tendo-se utilizado como deflador o índice “2” da “Conjuntura Econômica”.

(2) Calculado com base no índice “2” da “Conjuntura Econômica”.

intensidade das explorações mais adiantadas, não se pode deixar de levar em consideração aquela substancial queda nos preços.

A transposição do atual preço mínimo para o ano vindouro corrigido evidentemente pela projeção do índice de preços, parece poder atender aos objetivos que a exposição acima su-

gere. Neste caso e arredondando os números, se chegaria ao valor de Cr\$ 7 150,00 cêrca de mil cruzeiros a menos daquilo que seria obtido caso se tomasse como base a estimativa sôbre o preço médio que o produtor irá receber êste ano. O preço acima se entende para a saca de 60 quilos do tipo “3”, posto São Paulo e para as variedades de côres.

MILHO

Ao contrário do pensamento corrente, a presente safra de milho não foi muito maior que a precedente. Houve acréscimo de 18% na superfície de plantio e de 21% no volume de produção. Os ganhos são entretanto significativos já que se relacionam com a grande safra de 61/62. A conjugação dêsse aumento com aquêles verificados em outras importantes zonas

produtoras do país é que principalmente trouxe as consequências do excesso de produção e auxiliou mesmo a criar uma exagerada opinião sôbre o “mar de milho” existente. A propósito, cumpre consignar que embora plenamente justificada a política de exportação dos excedentes de milho, não deve ela obscurecer a diretriz principal dum aumento na pro-

dução de milho, que deve ser a expansão do consumo interno para o reforço da suinocultura, avicultura e inúmeras outras atividades agrícolas e industriais. Na realidade, precisa-se de mais milho para que isto constitua um fator do aumento do seu consumo e a exportação

dêste cereal deve preferivelmente processar-se de forma indireta através dos produtos que êle ajuda a criar.

O quadro V e gráfico 5 mostram alguns dos principais aspectos da evolução da cultura do milho nos últimos anos em São Paulo.

QUADRO V
Milho em São Paulo

Períodos e Safra	Área plantada 1 000 alqueires	Produção 1 000 sacas 60 kg	Rendimentos sacas de 50 kg por alqueire	Preços médios recebidos p/ lavradores Cr\$ por 60 kg Preços correntes deflacionados(1)	Índice geral dos preços no Brasil(2)	
Média 1948/52	335	18 050	53,9	80	80	100
Média 1953/57	451	19 650	44,1	181	83	217
1957/58	463	23 000	48,4	274	83	329
1958/59	478	22 200	56,3	408	88	461
1959/60	397	29 000	73,4	361	61	587
1960/61	551	29 400	53,5	700	87	805
1961/62	550	36 900	67,1	995	82	1 211
1962/63	650	44 800	68,9	1 050*	52*	2 014*

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(*) Dados preliminares.

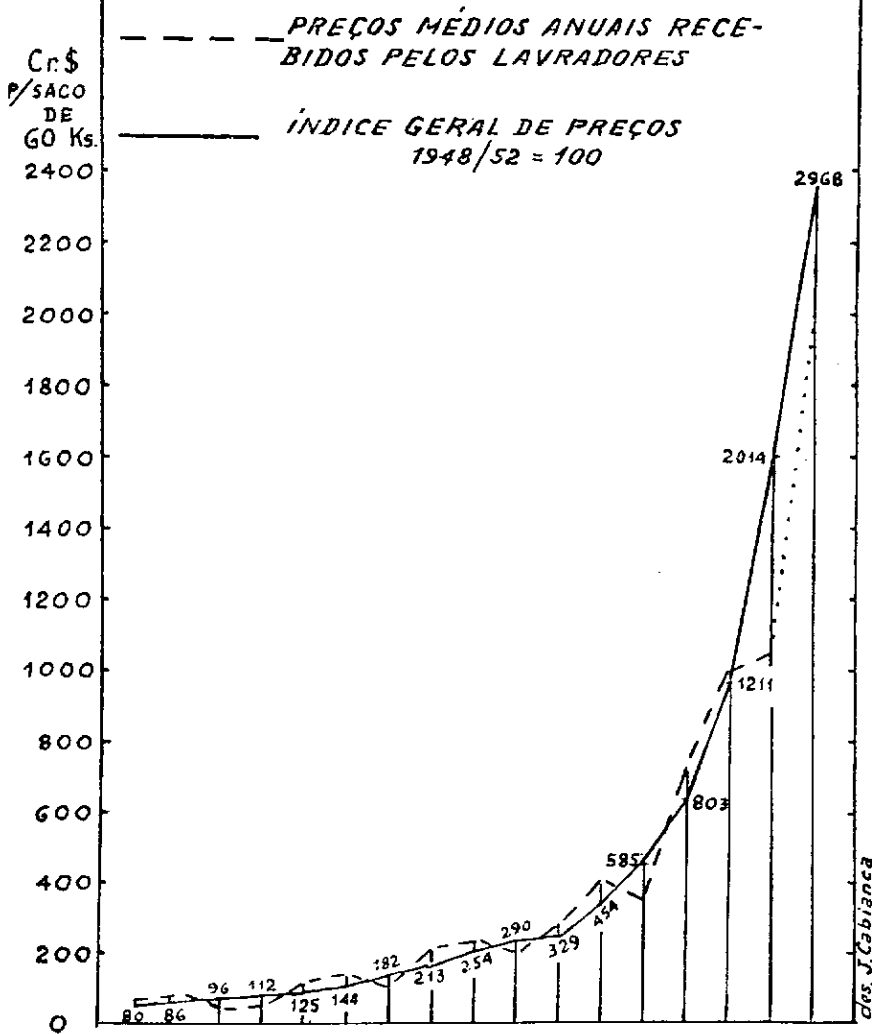
(1) Os preços deflacionados referem-se ao valor médio do cruzeiro no quinquênio 1948/52, tendo-se utilizado como deflador o índice "2" da "Conjuntura Econômica".

(2) Calculado com base no índice "2" da "Conjuntura Econômica".

A coluna dos preços deflacionados do quadro V, indica de imediato a grande redução experimentada pelos preços dêste cereal no corrente ano os quais, são inferiores aos do ano passado em cêrca de 27% e atingem apenas 3/4 da média registrada no período 1948/52. Este fato resume friamente a decepção que o resultado da safra atual trouxe ao produtor. Êle põe

também à mostra a insuficiência de recursos que possui o país para dar uma efetiva garantia de preços à lavoura, pois não obstante os inegáveis e grandes esforços realizados neste sentido e que provavelmente só encontram paralelo na aquisição das safras algodoeiras do início da década de 1950, os preços do milho estiveram e estão bem distanciados daquilo que

GRÁFICO 5
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO MILHO
NO ESTADO DE SÃO PAULO.



1948 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64
(1) - PRELIMINAR (2) - PREVISÃO

esperavam os produtores. Em conjunto, tais preços situam-se também abaixo das bases mínimas de garantia, embora a grande mobilização do organismo responsável pelos mesmos, multiplicando seus meios de ação, tenha possibilitado a efetivação daquela garantia em muitos locais de produção.

A vista do que foi exposto e considerando ainda que o milho, de maneira geral, é de longe o produto de maior importância no abastecimento alimentar, torna-se forçosa a conclusão de

ser preciso estender ao mesmo, preços mínimos de garantia que induza o produtor a permanecer nesta atividade e se possível estimule-o a expandir a superfície de plantio. Para a consecução desse desiderato parece razoável admitir-se como base mínima, preços que se equivalham em valor real, à média observada no período 1948/52. Adotando-se este critério ter-se-á, em cifras aproximadas o preço de Cr\$ 2 375,00 por saca de 60 quilos, posto São Paulo, para o tipo "3" do grupo mole ou misto.

FARINHA DE MANDIOCA

Apesar de ser um produto relativamente esquecido, inclusive por certos órgãos oficiais, nada é preciso dizer sobre a imensa importância da mandioca na economia agrícola do país, bem como no abastecimento alimentar das nossas populações.

Nos últimos 5 anos, a superfície de plantio e o volume de produção da mandioca em nosso Estado tem acusado firme tendência de expansão, a qual, acentuou-se bastante na presente temporada, assinalando aumentos de 51% na área e 56% na produção. O aumento da oferta provocou sensível baixa de preços levando a inquietação e prejuízos aos produtores. Por muitos títulos e razões, faz-se assim necessário que os novos preços mínimos a serem garantidos para a farinha de mandioca e outros subprodutos desta raiz, contemplem bases de preços que constituam amparo suficiente para manter esta destacada produção agrícola em

níveis compatíveis com os interesses gerais do Estado e do País. As informações disponíveis sobre os preços deste produto são bastante insuficientes para formar-se juízo razoavelmente seguro no assunto, porém tomando como base o preço reivindicado para este ano por muitos produtores e que é bem menor que aquele vigente em 1962 e assim aparentemente razoável, pode-se chegar à determinação de preços cuja admissão para os fins propostos parece plausível. Calculando-se por essa forma e com as correções já mencionadas para outros produtos, chegar-se-ia ao preço de Cr\$ 2 850,00 por saca de 50 quilos de farinha de mandioca do tipo "1" posto em São Paulo.

A propósito cumpre observar que os preços mínimos para a mandioca são assegurados, como não podiam deixar de ser, através dos seus subprodutos.

No caso, tem-se assim até certo ponto e muito justificadamente uma exceção ao texto do art. 2.º e seu parágrafo único da nova redação dada à lei n.º 1506 e que impede a extensão do preço mínimo por meio dos intermediários. Uma outra observação a fazer é que, sendo a mandioca uma cultura cuja colheita mais habitual é processada a interva-

los superiores a um ano, sua situação perante o parágrafo 1.º do art. 4.º da citada lei e que cuida da época de publicação dos decretos referentes aos preços mínimos a serem fixados não foi considerada, de igual forma ao ocorrido com as culturas permanentes. Este ponto está a exigir retificação por parte das autoridades responsáveis.

M A M O N A

Desde há muitos anos que se pleiteia, junto ao órgão responsável pelos preços mínimos, a extensão para a mamona dos benefícios da garantia de preços, sem que até hoje se tenha conseguido lograr êste intento. Volta-se aqui a insistir no assunto, pois são numerosos os motivos para isso, os quais, já foram expostos em trabalhos anteriores e que talvez possam ser resumidos da forma seguinte:

a) é produto de inumeráveis e crescentes usos industriais e seu consumo por parte da nossa indústria amplia-se ano a ano;

b) o Brasil é tradicional exportador de mamona, além de disputar com a Índia o posto de maior produtor e exportador mundial dessa baga. No Brasil, a Bahia e São Paulo são os principais estados produtores;

c) é cultura tipicamente financeira (isto é, cujas colheitas são destinadas totalmente à venda), constituindo assim importante fonte de dinheiro para os seus produtores, a maioria dos quais de poucos recursos;

d) é exploração de custeio relativamente barato e fácil;

e) trata-se de produto de fácil conservação e por conseguinte, sob êsse aspecto, sem maiores problemas para efeitos de financiamento ou compra.

Da mesma forma que foi feita para a futura safra, a média dos preços recebidos nêstes últimos 6 meses e que é de cêrca de Cr\$ 41,00 por quilo, para o interior do estado. A justificativa principal para a escolha dêste critério é que seria (caso acolhida a sugestão) a primeira vez que os preços mínimos seriam estendidos à mamona e assim se revestiriam em boa dose, de caráter experimental.

SITUAÇÃO DO CAFÉ

Eng.º Agr.º MAURO DE SOUZA BARROS

REGULAMENTO DE EMBARQUES PARA A SAFRA 1963/64

Através da resolução n.º 259, de 14 de junho do corrente, o Instituto Brasileiro do Café expediu o regulamento de embarques sob cujos termos deverá ser escoada a safra brasileira de 1963/64.

Esse regulamento estabelece um mecanismo de comercialização bastante parecido com o do ano anterior, apresentando como diferenças principais a eliminação dos cafés preferenciais na série de mercado, a modificação das porcentagens de cafés das séries direta e retida (de equilíbrio) a serem despachados conjugadamente, o livre trânsito para o produto da série direta já vendido para a exportação, bem como a menor exigência quanto a classificação do produto destinado à exportação.

Os cafés da safra comercial 1963/64 se dividem em duas séries, a saber, *série de mercado* e *série equilíbrio*.

Os cafés da série de mercado são divididos em duas cotas, *despolpado* (DESP) e *direta*.

Os *despolpados* não estão sujeitos ao regime de retenção e serão conservados no interior, tendo livre trânsito para os portos e preferência no transporte, desde que comprovadamente vendidos para o exterior ou quando houver solicitação do produtor ou exportador que, neste caso, assumem a responsabilidade pela depreciação do produto, no caso de sua ocorrência. Os despolpados deverão ter as seguintes características: serem colhidos em cereja, apresentarem boa seca, côr e torração característica, serem de tipo não inferior a 4, de bebida dura para melhor e não macerados.

Serão também encaminhados diretamente aos portos para efeito de liberação e embarque os cafés das cooperativas de cafeicultores, devidamente registrados no I. B. C., quando comprovadamente vendidos para a exportação.

A cota *direta* compreende os cafés do tipo 5 para melhor, livres do gosto "Rio Zona", produzidos em qualquer parte do

País, e os do tipo 7 para melhor, produzidos nos Estados do Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais (Zona da Mata) — grupo II⁽¹⁾.

Terão também livre trânsito desde que comprovadamente vendidos para o exterior, os cafés da série direta; quanto a seus despachos, deverão ser conjugados (em embarque simultâneo ou não) com os cafés da série de equilíbrio que compreendem os do tipo 6 para melhor, de bebida isenta de gosto "Rio Zona", produzidos em qualquer parte do território nacional e os do tipo 7/8 para melhor, produzidos nos estados e zonas incluídos no grupo II,⁽¹⁾ que são as zonas de pior qualidade. Nesses despachos conju-

gados, 85% do produto deverá ser representado pela cota direta e 15% pela cota de equilíbrio.

Os cafés das cooperativas estão sujeitos, também, à conjugação com a série de equilíbrio; já os despachados estão isentos da mesma, representando o despacho 100% do lote.

O regulamento de embarques para a safra 1963/64 não prevê, como o do ano anterior (para a série retida), a cláusula de reversão para a série de equilíbrio. Esses cafés (da série de equilíbrio) serão faturados ao I.B.C. nas bases fixadas pelo esquema financeiro da safra.

Pela resolução n.º 265 do I.B.C., foram fixados os seguintes limites para os estoques nos portos de exportação:

Santos	750 000 sacas
Paranaguá	750 000 "
Rio de Janeiro	500 000 "
Vitória	250 000 "
Angra dos Reis	100 000 "
Niterói	100 000 "
São Sebastião	100 000 "
Antonina	100 000 "
Itajaí	—
São Francisco do Sul	50 000 "
Fóz do Iguaçu	—

ESQUEMA FINANCEIRO PARA A SAFRA 1963/64

Conjuntamente com o regulamento de embarques, o I.B.C. ceiro a vigorar para a safra cafeeira de 1963/64.
deu a conhecer o esquema finan-

(1) Estados e zonas incluídas no Grupo II, especificado no artigo 2.º da Resolução 229 do I.B.C..

Segundo o disposto na resolução n.º 258 do I.B.C., as cambiais obtidas na exportação dos cafés da safra 1963/64 serão negociadas de acôrdo com o estabelecido no item I da instrução n.º 239 da SUMOC, de 22-4-63, instrução esta que elevou a taxa de câmbio vigente para a exportação, para Cr\$ 600 por dólar. Todavia, como foi mantida uma cota de contribuição destinada ao "Fundo de Defesa do Café", a taxa de câmbio concedida aos exportadores será efetivamente menor. A resolução n.º 258 do IBC estabelece condições de registro mínimo segundo portos de embarque e qualidade e as respectivas quantias em cruzeiros a serem auferidas pelos exportadores. Essa quantia em cruzeiros revertida a taxa cambial de Cr\$ 600, indicará a quantia em dólares auferida efetivamente pelos exportadores, sendo a diferença levada a conta do Fundo de Defesa do Café.

A citada resolução garante, no mínimo, os seguintes resultados em cruzeiros, na exportação:

a) embarque por qualquer pôrto:

Cr\$ 13 800 por saca para as declarações de venda de cafés do tipo 5 para melhor, livres de gôsto "Rio Zona" que consignem o preço mínimo de registro de 0,31 00 dólares ou seu equivalente em outras moedas por libra-pêso;

b) embarque pelos portos de Paranaguá e Antonina:

Cr\$ 13 150 por saca para as declarações de venda de cafés

de tipo 5 para melhor, livres de gôsto "Rio Zona" que consig-nem o preço mínimo de registro de 0,30 00 dólares ou seu equivalente em outras moedas por libra-pêso;

c) embarque pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Antonina e São Sebastião:

Cr\$ 10 000 por saca para as declarações de venda que consig-nem o preço mínimo de registro de 0,27 00 dólares ou seu equivalente em outras moedas, para cafés do tipo 7 para melhor e bebida "Rio-Zona";

d) embarque pelos portos de Vitória, Salvador, Recife e São Francisco do Sul:

Cr\$ 8 500 por saca para as declarações de venda que consig-nem o preço mínimo de registro de 0,25 00 dólares ou seu equivalente em outras moedas por libra pêsos quando se tratar de cafés do tipo 7 para melhor, de bebida "Rio-Zona".

Para a parcela das cambiais correspondentes as declarações de vendas superiores aos mínimos enunciados foi, de acôrdo com a instrução n.º 240 da SUMOC, de 14-6-64, mantido o prêmio a ser pago com os recursos do Fundo de Defesa do Café, de conformidade com condições estabelecidas pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil.

A instrução n.º 240 da SUMOC estabeleceu para a cota de contribuição da safra de 1963/64, o nível de US\$ 19 ou seu equivalente em outras moedas, por saca de 60 kg de café

crú ou 48 kg de café torrado ou moído.

Com relação a safra 1962/63, bem como as safras 1961/62 e anteriores, foram estabelecidas modificações no seu esquema financeiro através de resoluções do IBC e de acôrdo com as instruções de 239 e 240 da SUMOC. Assim, as cotas de contribuição dessas safras foram fixadas em US\$ 26 por saca de 60 kg.

A cota de contribuição nêsse nível foi estabelecida para que o pagamento em cruzeiros aos exportadores não ultrapasse, para os cafés da safra 1961/62 e anteriores (Resolução 260 do IBC de 14/6/63), os seguintes limites:

a) embarques por qualquer pôrto:

Cr\$ 950 por saca para os cafés registrados a 0,30 75 dólares por libra-pêso;

b) embarques pelos postos de Paranaguá e Antonina:

Cr\$ 8 210 por saca para os cafés registrados a 0,29 75 dólares por libra-pêso;

c) embarques pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Antonina e São Sebastião:

Cr\$ 5 935 por saca para os cafés registrados a 0,25 00 dólares por libra-pêso, para pro-

duto de bebida "Rio-Zona".

Para a safra 1962/63, a resolução n.º 261 do I.B.C. fixou o seguinte limite de pagamento em cruzeiros aos exportadores:

a) embarques por qualquer pôrto:

Cr\$ 9 400 por saca para os cafés registrados a 0,31 00 dólares por libra-pêso;

b) embarques pelos portos de Paranaguá e Antonina:

Cr\$ 8 800 por saca para os cafés registrados a 0,30 00 dólares por libra-pêso;

c) embarques pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Antonina e São Sebastião:

Cr\$ 6 850 por saca para os cafés registrados a 0,27 25 dólares por libra-pêso, quando se tratar de produto de bebida "Rio Zona".

Como mostra o esquema financeiro vigente, os exportadores recebem quantias fixas em cruzeiros correspondentes aos dólares relativos a vários registros fixados. Considerando êsses registros, abstração feita a possível obtenção de prêmios previstos para registros mais elevados que os fixados, e não se computando a cota de contribuição, as taxas cambiais realmente vigorantes para a exportação de café são as seguintes:

<i>Qualidade do Café</i>	<i>Registro cents/lb</i>	<i>Valor FOB Cr\$/saca</i>	<i>Câmbio Cr\$/dólar</i>
Tipo 5 para melhor, livre de "Rio Zona", em qualquer pôrto	31	13 800	336
Tipo 5 para melhor, livre de "Rio Zona", em Paranaguá e Antonina	30	13 150	331
Tipo 7 para melhor, bebida "Rio Zona", no Rio de Janeiro	27	10 000	280
Tipo 7 para melhor, bebida "Rio Zona", em Vitória	25	8 500	257

A diferença entre essas taxas e a taxa oficial vigente para as exportações em geral (Cr\$ 600 por dólar) é destinada ao Fundo de Defesa do Café.

Para os cafés das safras anteriores, as taxas cambiais realmente vigentes são, também,

variáveis, situando-se em níveis inferiores aos da safra 1963/64. Assim, para embarque em qualquer pórto, o produto da safra 1962/63 registrados a 0,31 00 dólares por libra-pêso, tem uma taxa de conversão cambial de Cr\$ 229.

AQUISIÇÃO DE CAFÉS PELO I.B.C.

Através da resolução n.º 264 de 24/6/63, o I.B.C. estabeleceu os preços de aquisição, a

partir de 1.º de julho, dos cafés da SÉRIE DIRETA da cota de Mercado, da safra 1963/64:

I — Cafés do tipo 5 para melhor, livres de gôsto "Rio-Zona":

	<i>Cr\$ por saca</i>
a) no período de 1- 7-63 a 30- 9-63	9 900
b) " " " 1-10-63 a 31-12-63	10 450
c) " " " 1- 1-64 a 31- 3-64	11 000

II — Cafés do tipo 7 para melhor, qualquer bebida:

a) no período de 1- 7-63 a 30- 9-63	6 300
b) " " " 1-10-63 a 31-12-63	6 650
c) " " " 1- 1-64 a 31- 3-64	7 000

Todavia, essas condições de aquisição foram a seguir alteradas pela resolução n.º 267 do I.B.C., a qual nivelou os preços de aquisição nos diversos períodos, nas bases dos preços estabelecidos para o 1.º trimestre de 1964, ou seja Cr\$

11 000,00 e Cr\$ 7 000,00, respectivamente, para os tipos de cafés acima considerados. Essa complementação de preços, porém, será creditada ao interessado em conta vinculada do Banco do Brasil, sem juros, para liquidação nos seguintes prazos:

a) cafés faturados em julho de 1963	180 dias
b) " " " agosto e setembro de 1963	150 "
c) " " " outubro e novembro de 1963	120 "
d) " " " dezembro de 1963	90 "

A partir de janeiro, as compras serão pagas na base de Cr\$ 11 000,00 a vista (tipo 5, livres de "Rio Zona"). Além dessa melhoria de preços, o I.B.C. decidiu debitar, a título de frete, apenas Cr\$ 100,00 por saca,

respondendo o Fundo de Defesa do Café pela diferença de frete; isso corresponde a mais um aumento da ordem de 200 cruzeiros por saca, em média, para o produtor paulista.

Quanto aos cafés despolpados da safra 1963/64, ficou assegurada a compra, a partir do início da safra, a razão de Cr\$ 12 500,00 por saca (Resolução n.º 266 do I. B. C., de 24/6/63.

Para os cafés da série de equilíbrio, foram estabelecidos os seguintes preços de aquisição, a partir do início da safra: (Resoluções n.ºs 258 e 263 do I. B. C.):

Zona I: Cr\$ 10 800,00 por saca
Zona II: Cr\$ 6 800,00 " "

Pela resolução n.º 269 do I. B. C., de 1/7/63, ficou estabelecido que, após liberados, os

cafés da série direta só serão adquiridos pelo Governo a partir de 30/4/64.

FINANCIAMENTO

O esquema financeiro assegurou para os cafés da safra 1963/64 o financiamento no interior pelo Banco do Brasil, na base de 80% dos preços finais de compra pelo Governo. Esse financiamento é extensivo ao café em côco depositado nas tulhas do produtor ou nos armazéns julgados idôneos. Para os cafés em côco, o seu prazo

máximo é de 180 dias, não podendo ultrapassar a data limite de 28 de fevereiro de 1964.

Para os cafés da nova safra produzidos em São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Municípios de Minas Gerais incluídos no grupo I, a tabela de financiamento, dada a conhecer em meados de julho, é a que segue:

I — Cafés não beneficiados:

- a) em côco: Cr\$ 120,00 por quilo de renda, máximo de Cr\$ 2 400,00 por saca de 40,5 kg ou seu equivalente a granel;
- b) despolpado em pergaminho: Cr\$ 4 000,00 por 40,5 kg ensacado ou a granel, excluídos os macerados ou mal secos.

II — Cafés beneficiados depositados no interior em lotes corridos:

- a) despolpado, bebida "duro" para melhor Cr\$ 8 500,00
- b) cafés enquadráveis em COTA DIRETA, bebida isenta de gosto "Rio-Zona" Cr\$ 7 700,00

III — Cafés embarcados ou armazenados no destino (qualquer pôrto de exportação):

- a) despolpados — tipo 4 para melhor, bebida "duro" para melhor Cr\$ 9 000,00
- b) Cota direta, tipo 5 para melhor, bebida isenta de gosto "Rio-Zona" Cr\$ 8 200,00

IV — Cafés do disponível — Série de mercado já classificada e com certificado de liberação (qualquer pôrto de exportação); adiantamento máximo:

- a) despolpados, tipo 4 para melhor, bebida "duro" para melhor Cr\$ 10 000,00
- b) Cota direta, tipo 5 para melhor, bebida isenta de gosto "Rio-Zona" Cr\$ 8 800,00

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANO DE SAFRA

Apesar de ser, em suas linhas gerais, bastante semelhante ao esquema da safra anterior, o atual plano de safra contém algumas modificações importantes, parte das quais apresentam aspectos positivos.

No que diz respeito ao regulamentação de embarques, a *série direta da cota de mercado* foi ampliada para 85% dos despachos, diminuindo para 15% a *série de equilíbrio*; essa ampliação é justificada pelo menor volume da safra. Uma alteração substancial foi a extensão, a todos os cafés da *cota de mercado*, da faculdade de livre trânsito, desde que comprovadamente vendido para o exterior; na safra passada, apenas a cota de fina qualidade (despolpados e preferenciais), além dos cafés das cooperativas, gozavam dessa faculdade. Essa medida veio favorecer a oferta para a exportação dos cafés da *série direta* (tipo 5 para melhor), de tipo inferior aos preferenciais do plano de safra passado (tipo 3/4 para melhor), eliminando, assim, estímulo a um preparo mais esmerado do produto; po-

derá representar, também, um fator baixista atuando no mercado.

No setor cambial, foi mantido o sistema de bases fixas dos registros e dos preços FOB em cruzeiros, o que significa a manutenção do sub ou super-faturamento (câmbio "português"), conforme as condições vigentes no mercado. Já a simplificação a respeito da classificação por "bebida", representa a eliminação de um ponto de divergências na exportação.

Um dos aspectos positivos que se pode apontar no atual plano de safra, em relação ao anterior, é a garantia efetiva do nível de preços no mercado produtor pela aquisição a partir do início da safra, tanto dos cafés da *série de equilíbrio*, como da *série de mercado*. Na safra anterior, apenas a *série retida* teve a aquisição prevista no plano de safra a partir do seu início. Outra medida que deverá contribuir para a defesa do mercado na presente safra, é a não adoção da "equalização" de safras.

MODIFICAÇÕES NA POLÍTICA CAFEEIRA

1 — Visando incentivar a exportação e resguardar os preços nos mercados interno e externo, em meados do mês de agosto, devidamente autorizado pela SUMOC, o I.B.C. reajustou a quota de contribuição, de modo a elevar os limites de preços em cruzeiros auferidos na exportação dos cafés da safra 1962/63 e anteriores, promovendo, tam-

bém, a equalização dessas safras (Resolução n.º 274 de 13/8/63, do I.B.C.). Os novos limites fixados são os seguintes:

a) embarques por qualquer porto:

Cr\$ 10 528 por saca para os cafés registrados a US\$ 0,31 00 por libra-pêso;

b) embarques pelos portos de Paranaguá e Antonina:

Cr\$ 9 856 por saca para os cafés registrados a US\$ 0,30 00 por libra-pêso;

c) embarques pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Antonina e São Sebastião:

Cr\$ 7 672,00 por saca para os cafés registrados a US\$ 0,27 25 por libra-pêso, quando se tratar de produto de bebida "Rio-Zona".

O prêmio previsto para a parcela das cambiais correspondentes a registros superiores aos fixados, continua em vigor.

Também os preços de aquisição pelo I.B.C., dos cafés da série de mercado da safra 1962/63, nos portos de exportação, foram majorados pela Resolução n.º 274, para os níveis seguintes:

	Cr\$ por saca
a) Cota de fina qualidade	
Tipo 3 "mole para melhor" ⁽¹⁾	9 130
Tipo 3/4 para melhor, "duro" para melhor ⁽¹⁾	8 470
Tipo 3/4 para melhor, qualquer bebida ⁽²⁾	5 610
b) Cota direta:	
Tipo 4 para melhor, livre de gosto "Rio-Zona" ⁽¹⁾	8 250
Tipo 5 para melhor, livre de gosto "Rio-Zona" ⁽¹⁾	8 030
Tipo 6 para melhor, qualquer bebida ⁽²⁾	5 467
Tipo 7 para melhor, qualquer bebida ⁽²⁾	4 521

Ficou estabelecido a data limite de 31-10-63, para efeito de faturamento desses cafés ao Instituto Brasileiro do Café.

2 — Em 24 de agosto do corrente a Superintendência da Moeda e do Crédito expediu a instrução n.º 245, elevando de 60% para 70% a porcentagem de repasse ao Banco do Brasil, pelos bancos que negociarem cambiais provenientes da exportação de café, além das cotas de contribuição já previstas. Posteriormente, pela instrução n.º 262 da SUMOC, de 27-12-63, tal porcentagem foi elevada para 80%. Tais providências tem

repercussão na renda auferida pelos exportadores, já que pela parte não sujeita ao repasse pode ser obtida maior importância em cruzeiros por dólar, em virtude da existência do "boneco".

3 — Pela resolução n.º 275, de 5/10/63, do I.B.C., foram alterados os preços de aquisição pelo governo, dos cafés da safra 1963/64, série de mercado — cota direta e série de equilíbrio, no interior.

Os novos preços são os seguintes, por saca de 60,5 quilos brutos:

(1) Em todos os portos.

(2) Nos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Vitória, Salvador, Recife, São Francisco do Sul e São Sebastião.

Série de mercado — Cota direta:

I — Cafés do tipo 5 para melhor, livres de gôsto "Rio-Zona":	
a) no período de 1-10-63 a 28-2-64	13 759
b) no período de 1- 3-64 a 31-5-64	15 810
c) faturados a partir de 1-6-64	17 390
II — Cafés do tipo 7 para melhor, qualquer bebida:	
a) no período de 1-10-63 a 28-2-64	8 750
a) no período de 1- 3-64 a 31-5-64	10 060
c) faturados a partir de 1-6-64	11 070

Série de equilíbrio:

I — Cafés do tipo 6 para melhor, livres de gôsto "Rio-Zona", produzidos em qualquer Estado:	
a) no período de 1-10-63 a 28-2-64	13 500
b) no período de 1- 3-64 a 31-5-64	15 525
c) faturados a partir de 1-6-64	17 080
II — Cafés do tipo 7/8 para melhor, qualquer bebida, dos Estados do Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais (Municípios do Grupo II):	
a) no período de 1-10-63 a 28-2-64	8 500
a) no período de 1- 3-64 a 31-5-64	9 775
c) faturados a partir de 1-6-64	10 750

Pela resolução n.º 278 de 18/10/63, foi eliminada a complementação de preços prevista na resolução n.º 267 do I.B.C., subsistindo contudo o pagamento de apenas Cr\$ 100 por saca a título de frete.

4 — Através da resolução n.º

277 de 17/10/63, do I.B.C., o preço de aquisição dos cafés da Cota Despoldados da Série de Mercado da safra 1963/64, que anteriormente estava fixado em Cr\$ 12 500 (Resolução 266 do I.B.C.), foi modificado de acôrdo como segue:

Cr\$ por saca

a) Faturados no período de 1-10-63 a 28-2-64	15 625
b) Faturados no período de 1- 3-64 a 31-5-64	17 970
c) Faturados a partir de 1-6-64	19 770

Da mesma forma como para os demais cafés, o frete continua a ser debitado a Cr\$ 100 por saca.

5 — Novas bases para o financiamento da safra 1963/64:

Em meados de outubro do corrente, tendo em vista os novos preços de garantia fixados pelo I.B.C., o Banco do Brasil modificou as bases de financiamento dos cafés da safra 1963/64.

As novas bases, para os cafés produzidos em São Paulo, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Municípios de Minas Gerais incluídos no Grupo I, são as que seguem:

- I — Café em côco: Cr\$ 165 por quilo de renda, máximo de Cr\$ 3 300 por saca de 40,5 kg ou seu equivalente a granel;
- II — Cafés depositados no interior em lotes corridos:

Cr\$ 11 000 por saca, para o produto enquadrável na cota direta bebida isenta de gosto "Rio-Zona";

III — Cafés embarcados ou armazenados no destino (qualquer pôrto de exportação):

a) Cr\$ 11 800 para o produto da *série de mercado cota direta*, tipo 5 para melhor, bebida isenta de gosto "Rio-Zona";

b) Cr\$ 11 500 para o produto da *série de equilíbrio*, tipo 6 para melhor, bebida isenta de gosto "Rio-Zona";

IV — Cafés do disponível (qualquer pôrto de exportação):

Cr\$ 12 600 para o produto da *cota direta*, tipo 5 para melhor, bebida isenta de gosto "Rio-Zona".

6 — Em 31/10/63, o I. B. C. expediu a resolução n.º 280, determinando que cada exportador só poderá exportar para os mercados tradicionais (definidos no Convênio Internacional do Café), uma quantidade de sacas igual, no máximo, ao total de seus embarques no mês de outubro. A cota de cada exportador será atribuída para o mesmo porto por êle utilizado em outubro.

Essa medida foi adotada, tendo em vista a volumosa exportação do País no mês de outubro, para evitar que o Brasil ultrapasse a cota trimestral

(outubro a dezembro) que lhe foi atribuída pelo Convênio Internacional do Café. Em dezembro, o regime de cotas individuais foi (resolução n.º 286 de 20/12/63) estendido para o restante do ano-convênio 1963/64, ou seja, até 30 de setembro de 1964. De acôrdo com o artigo 2.º dessa resolução, caberão aos exportadores, sob forma de cotas individuais, 70% do total de cada uma das cotas trimestrais de exportação, sendo que 30% será redistribuída pelo I. B. C. às cooperativas de cafeicultores, ao comércio exportador, no suprimento de seus entrepostos e em operações de interesse da cafeicultura nacional.

As cotas individuais serão proporcionais as exportações de cada empresa no ano-convênio anterior (1.º de outubro de 1962 a 30 de setembro de 1963). Os embarques poderão ser realizados por portos que não os de registro das cotas individuais dos exportadores, desde que haja autorização das agências do I. B. C. .

7 — Em meados de novembro, o I. B. C. expediu o comunicado n.º 75, determinando o aumento de 1,25 centavos de dólar por libra pêso nas bases de registro das declarações de venda de café para o exterior. Essa parcela, continuará, contudo, a fazer jús ao prêmio estabelecido para a parte das cambiais excedentes ao nível de registro então vigorante.

Assim, essa parte das cambiais será vendida a Cr\$ 950,00 por dólar, não se encaminhando para o mercado negro onde alcançaria maior preço.

EVOLUÇÃO DO MERCADO NO 1.º SEMESTRE DO ANO ESTABILIDADE DAS COTAÇÕES

Os preços recebidos pelos cafeicultores, no interior, mantiveram-se em nível relativamente estável nos cinco primeiros

meses do ano, elevando-se em junho, como mostram os dados que seguem:

	<i>Cr\$ por saca beneficiada</i>
Janeiro	6 470
Fevereiro	6 640
Março	6 280
Abril	6 430
Maió	6 650
Junho	7 430

De acôrdo com os dados apresentados no quadro I, também no mercado de Santos houve estabilidade de cotações, mostrando o café estilo Santos, tipo 4, no disponível, bem como o mercado de entrega direta (mês presente), apenas uma pequena elevação entre o primeiro e último mês do semestre. Já para os meses jul./dez. e jan./jun. de 1964, o mercado de entrega direta apresenta um nível bem mais elevado de cotações, em decorrência das previsões de maiores preços para a safra 1963/64, com início em 1.º de julho.

No mercado de Nova York, o disponível apresentou igualmente cotação mais elevada, de 34 33 cents por libra em junho, quando em janeiro estava a 33 85 cents. Esses dados, apresentados no quadro II, mostram perdas para os demais cafés do continente e elevação para o café africano de Uganda.

Atingiram o total de 16,8 milhões de sacas, as exportações brasileiras de café da safra

1962/63. Esse total é inferior ao alcançado na safra anterior em cêrca de 500 mil sacas, apesar de poder ser considerado um bom volume de exportação.

Pelos dados do quadro III, verifica-se que o valor total das exportações em cruzeiros continuou a se elevar mas, em relação a safra 1962/63, houve uma redução de mais de 60 milhões de dólares no montante de divisas obtidas; isso não só pela redução na quantidade como nas cotações do produto.

No decorrer da safra 1963/64, também foi exportado o equivalente a 725 sacas de café solúvel, no valor de 52 mil dólares.

Os dados relativos às exportações mensais do ano de 1963 e dos anos anteriores, são apresentados no quadro IV. Observa-se que no 1.º semestre de 1963 as exportações superaram as do mesmo período dos dois anos anteriores e, também, as das médias dos quinquênios 1950/54 e 1955/59.

QUADRO I

Cotações de Café — 1.º Semestre de 1963

<i>Mercados</i>	<i>Janeiro</i>	<i>Fevereiro</i>	<i>Março</i>	<i>Abril</i>	<i>Maió</i>	<i>Junho</i>
SANTOS (Cr\$ por 10 kg)						
Disponível						
Estilo Santos, tipo 4	1 305	1 265	1 289	1 283	1 265	1 329
Entrega direta						
Mês presente	1 250	1 264	1 249	1 250	1 250	1 268
Jul./Dez.	1 766	1 745	1 645	1 611	1 571	1 518
Jan./Jun. 64	—	—	1 773	1 744	1 744	1 796
NOVA YORK (cents por libra)						
Futuro - Contrato B						
Março 63	33,58	33,68	33,55	—	—	—
Julho 63	32,74	33,42	33,50	33,52	33,21	33,78
Dezembro 63	31,69	32,78	32,94	32,97	33,27	33,59
Março 64	—	—	32,71	32,94	33,25	33,57

FONTE: Associação Comercial de Santos e "Complete Coffee Coverage".

QUADRO II

Cotações Médias de Café no Disponível de Nova York
Cents por libra-peso

<i>Anos e meses</i>	<i>Santos 4</i>	<i>Colômbia Mams</i>	<i>Guatemala Good Washed</i>	<i>México Prime Washed</i>	<i>Uganda Nativo N.º 10</i>
1959	36 97	45 22	41 98	42 89	28 72
1960	36 60	44 89	40 94	41 61	20 18
1961	36 01	43 62	37 38	37 53	18 48
1962	33 96	40 77	—	35 87	20 63
1962					
Janeiro	34 20	42 80	36 08	36 50	19 73
Junho	34 73	39 50	—	35 90	20 63
Dezembro	33 40	40 10	35 60	36 00	23 03
1963					
Janeiro	33 85	40 50	35 50	36 38	23 95
Fevereiro	33 33	39 43	35 00	35 90	24 98
Março	33 23	39 78	35 30	35 83	26 78
Abril	33 00	39 65	35 28	35 90	26 90
Maió	33 33	39 15	—	35 63	26 73
Junho	34 33	39 25	34 78	35 40	26 50

FONTE: Bureau Pan-Americano do Café.

QUADRO III
Exportações Brasileiras de Café

Safras	Volume - sacas 60 kg	Valor	
		Cr\$ 1 000	US\$ 1 000
1959/60	17 937 205	57 128 054	752 756
1960/61	16 113 728	62 752 729	684 644
1961/62	17 411 398	93 177 345	705 968
1962/63	16 871 787	115 543 937	643 739

FONTE: Instituto Brasileiro do Café.

QUADRO IV
Exportação Brasileira de Café para o Exterior
Por meses — 1 000 sacas 60 kg

Meses	Médias quinquênios		1960	A n o s		
	1950/54	1955/59		1961	1962	1963
Janeiro	1 225	1 167	1 027	1 047	1 427	1 327
Fevereiro	1 175	1 212	1 462	1 210	1 343	1 518
Março	1 382	1 056	1 321	1 507	1 348	1 450
Abril	939	1 105	1 305	1 323	1 272	1 243
Maiο	849	1 096	1 531	1 139	1 104	1 301
Junho	902	1 062	1 313	1 029	1 201	1 352
Julho	995	1 193	1 932	1 482	1 172	—
Agosto	1 266	1 406	1 507	1 965	1 313	—
Setembro	1 504	1 467	1 611	1 603	1 271	—
Outubro	1 469	1 479	1 137	1 439	1 715	—
Novembro	1 499	1 520	1 313	1 505	1 734	—
Dezembro	1 494	1 265	1 360	1 723	1 476	—
Total anual ...	14 699	15 028	16 819	16 690	16 376	—
Jan./Jun.	6 472	6 698	7 959	7 255	7 695	8 191

FONTE: Instituto Brasileiro do Café.

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA EM SÃO PAULO

Eng.º Agr.º PÉRSIO CARVALHO JUNQUEIRA

Eng.º Agr.º DOMINGOS DESGUALDO NETO

Os anos de 1961 e 1962 mostraram um notável desenvolvimento técnico da mecanização agrícola no Estado de Paulo. Tal fato deveu-se principalmente à implantação e consolidação da produção nacional de trato-

res e implementos agrícolas, quasi que totalmente instalada neste Estado, possibilitando à agricultura grande e variada disponibilidade de máquinas e implementos necessários à produção.

TRATORES: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO E VENDAS

Entre dezembro de 1959, data da promulgação do decreto que instituiu o Plano Nacional da Indústria de Tratores, até o fim do ano de 1962, implantou-se e consolidou-se a produção nacional de tratores. O início dessa produção deveria ter ocorrido em 1960 sendo retardada face à mudança no Governo Federal e à expectativa da política financeira que deveria amparar a indústria.

Posteriormente, em maio de 1961, foi criado o Geimar (Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias) que estabeleceu novas metas para a nacionalização em pêso, originalmente fixadas em dezembro de 1959. Assim, o

ano de 1961 caracterizou-se como o da preparação do Brasil para produzir tratores em escala comercial e 1962 caracterizou-se como o ano decisivo para o nascente setor industrial, ano do "rush" para atingir as metas previstas pelas seis indústrias capacitadas à produção de tratores.

A situação do encerramento do ano de 1962 é mostrada no quadro I notando-se aí que a produção é 45% maior do que aquela de 1961. Releva notar que nos anos de maior importação de tratores o número de unidades importadas foi menor do que a produção dos dois últimos meses de 1962.

QUADRO I
Produção Nacional de Tratores

<i>Classes</i>	<i>Marcas</i>	1960	1961	1962	<i>Total geral</i>
Leves ⁽¹⁾	Fendt	—	18	456	
	Massey-Ferguson —		7	1 528	
	Total		25	1 984	2 009
Médios ⁽²⁾	Ford	37	1 241	3 179	
	Valmet	—	332	1 600	
	Total	37	1 573	4 779	6 389
Pesados ⁽³⁾	Deutz	—	80	680	
	Oliver	—	—	143	
	Total	37	80	823	903
Total anual ..		37	1 678	7 586	9 301

FONTE: ANFANEA.

(1) Potência até 35 HP na barra — Fendt e Massey Ferguson.

(2) " de 36 HP até 45 HP na barra — Ford e Valmet.

(3) " de mais de 49 HP na barra — Oliver (Cia. Brasileira de Tratores) e Deutz (Demisa).

No quadro II damos a evolução das vendas. As mesmas evoluíram em termos de maiores quotas por parte dos concessionários e revendedores ante uma demanda em ascensão.

Vendas de Tratores na Região de São Paulo^()*

QUADRO II

<i>Classes</i>	1958	1959	1960	1961	1962**
<i>Microtratores</i> (até 15 HP na barra)	—	—	—	—	1 395
<i>Leves</i> (de 16 a 35 HP na barra)	1 354	1 507	2 553	2 359	1 663
<i>Médios</i> (de 36 a 45 HP na barra)	2 958	1 430	2 059	4 361	2 564
<i>Pesados</i> (mais de 45 HP na barra)	313	17	652	492	767
Total	4 265	2 954	5 264	7 212	6 389

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(*) Dados levantados em 15 firmas, cobrindo 19 marcas de tratores.

(**) Os dados de venda de 1962 dizem respeito somente ao Estado de São Paulo.

Neste quadro observa-se que houve um menor volume de vendas no último ano. A explicação deste fato é que nos anos anteriores o registro das vendas era feito na região geo-econômica de São Paulo, compreendendo também o Norte do Paraná, Sul de Minas, Goiás, Triângulo Mineiro, etc.. Neste ano, procurando dar uma idéia mais real da evolução das compras de tratores pelo setor agrícola, a Divisão de Economia Rural esforçou-se para obter o volume de vendas do Estado, deixando de lado os negociados naquelas regiões limítrofes.

Deve-se salientar, no entanto, que no último ano, durante certo número de meses, verificou-se

uma retração geral de negócios devido as medidas econômico-financeiras tomadas pelo Governo Federal que acarretaram restrições de crédito, influenciando portanto negativamente na venda de tratores.

Reflexo da nável indústria, os movimentos de importação do exterior e exportação de cabotagem, demonstram que São Paulo substitui paulatinamente suas importações pelo similar nacional e já participa no desenvolvimento de outros Estados, exportando seus produtos para êstes. Se bem que esta exportação por cabotagem ainda seja pequena (maioria é rodoviária), nota-se uma tendência de crescimento no seu volume.

QUADRO III

Importação Exterior e Exportação Cabotagem pelo Porto de Santos⁽¹⁾ de Tratores

Classes	I m p o r t a ç ã o					E x p o r t a ç ã o				
	1958	1959	1960	1961	1962 ⁽²⁾	58	59	60	61	62 ⁽¹⁾
Tratores de roda	398	176	584	282	1 249	6	5	7	1	1
Tratores de esteira ..	40	—	427	720	465	—	—	—	—	—
Tratores de horta	—	—	—	—	—	15	5	2	15	—
Tratores não especificados	4 502	2 545	8 817	4 000	1 296	31	22	24	50	72
Total	4 940	2 721	9 828	5 002	2 010	52	32	33	66	73

FONTE: Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

(1) Mercadorias nacionais e nacionalizadas.

(2) A partir de 1962 as classes foram modificadas, sendo os registros feitos sob o título de tratores para agricultura, horta e não especificado, respectivamente.

Em 1960 a importação atingiu um máximo de 9 828 unidades, para reduzir-se a 5 002 e 3 010 nos dois anos posterior-

es e igualmente, no período de 1960 a 1962 elevou-se de 33 a 73 unidades exportadas por Santos em cabotagem.

INDÚSTRIA DE MÁQUINAS

A indústria nacional de máquinas e implementos agrícolas sofreu grande impulso em 1958 e 59 com a implantação da indústria automobilística, acusando, nos últimos anos evolução bastante significativa. Pro-

curando melhor analisar o progresso técnico da oferta dessa classe de fatores à agricultura, este ano a Divisão de Economia Rural realizou um levantamento visando estimar a produção paulista de implementos agrícolas.

QUADRO IV

*Produção de Máquinas e Implementos em São Paulo
no Ano de 1962*

<i>C l a s s e s</i>	<i>Unidades produzidas</i>
<i>I — Máquinas para limpeza e preparo do solo:</i>	
Subsoladores	210
Roçadeiras	1 245
Roços-Faca	230
Niveladoras	2 516
Arados	9 260
Grades	10 342
Sulcadores	510
Distribuidores de calcáreo	145
Distribuidores de adubo orgânico	100
Pás de cavalo	107
<i>II — Máquinas para plantio, sementeira e cultivo:</i>	
Semeadeiras	850
Plantadeiras	120
Cultivadores	676
<i>III — Máquinas para colheita:</i>	
Colhedeira de cana	20
<i>IV — Máquinas para transporte e movimentação do produto:</i>	
Carretas	6 000
Carregadores	298
<i>V — Implementos diversos:</i>	
Barras porta-ferramenta	410
Total	33 039

FONTE: Sindicato da Indústria de Máquinas.

Os dados coletados dão uma idéia do grande número de implementos de que hoje dispõe a nossa agricultura, ascendendo o total a 33 039 unidades produzidas nas várias classes. Devido a elevada diversificação existente e também no fato de que

inúmeras firmas operarem nesse mercado, o levantamento não é completo, faltando ainda algumas linhas de produção, mas aos poucos pretende a Divisão de Economia Rural aperfeiçoá-lo para dar uma idéia exata do importante setor.

QUADRO V

Importação Exterior e Exportação Cabotagem pelo Porto de Santos⁽¹⁾ de Máquinas e Instrumentos de Preparo do Solo

Classes	I m p o r t a ç ã o					E x p o r t a ç ã o				
	1958	1959	1960	1961	1962	1958	1959	1960	1961	1962
Arados de tração mecânica	1 294	190	410	61	30	15	5	2	15	66
Grades de disco	752	374	260	6	2	2	3	6	10	64
Cultivadores	58	—	4	7	3	2 656	1 684	2 889	8 118	10 232
Semeadeira.	44	1	138	—	7	40	74	58	112	105
Total ..	2 148	565	812	74	42	2 712	1 766	2 955	8 256	10 467

FONTE: Departamento de Estatística do Estado de São Paulo.

(1) Mercadorias nacionais e nacionalizadas.

Nota-se no quadro V que a produção principal, arados e grades, praticamente cobre a produção de tratores da indústria nacional.

No quadro V, mostra-se a importação exterior e exporta-

ção cabotagem de implementos, notando-se que se consolida a indústria com a redução da exportação exterior e incremento da exportação de cabotagem nos dois últimos anos.

O CRÉDITO RURAL OFICIAL EM S. PAULO NO PERÍODO 1958/1962

Eng.º Agr.º ANTÔNIO GUEDES BATISTA CAMPOS

Apresenta-se neste trabalho, uma análise dos financiamentos que foram outorgados à agricultura paulista, pelas entida-

des oficiais que operam no Setor, mostrando os vários aspectos que caracterizaram sua ação ao longo do período 1958/62.

Aumentou no Período em Estudo o Número de Agências que Atendem ao Crédito Rural.

Com exceção do Banco Nacional de Crédito Cooperativo que mantém apenas uma agência na capital, os outros dois organismos financiadores (Bancos do Brasil e do Estado de São Paulo) aumentaram seu número de agências, com o objetivo de cobrir maior número de municípios.

O Banco do Estado, que em 1958 possuía além da matriz, 72 agências espalhadas pelo interior do Estado, conta hoje com 83 agências. O Banco do

Brasil, com 88 agências em 1958 possui presentemente 117 agências no Estado de São Paulo, distribuídas de forma a atender mais racionalmente aqueles que o procuram.

Dessa forma, a rede bancária oficial cobre atualmente cerca de 30% dos municípios do Estado de São Paulo, devendo-se ressaltar ainda que em grande número dos municípios mais importantes, tanto o Banco do Brasil como o Banco do Estado possuem agências.

Cresceu em Termos Nominiais e Reais o Montante dos Financiamentos de Custeio e Investimento no Estado.

Após um período de estabilização na evolução do montante dos financiamentos, que se verificou entre 1958 e 1961, tive-

mos em 1962 um aumento relativamente grande, tanto em termos nominiais como reais, no volume dos financiamentos. E' o

que se pode vêr através do Quadro I.

Constata-se o indiscutível domínio do Banco do Brasil sobre os demais, embora como mostra o quadro, porcentualmente tenha diminuído o ritmo de crescimento em relação ao total financiado.

No período analisado, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo vem também decrescendo em sua ação financiadora, mostrando o grau de estagnação em

que se encontra. Isso se deve principalmente às dotações que se mantiveram as mesmas ao longo do período. Por outro lado, o Banco do Estado vem ampliando sua participação no crédito rural paulista, apesar de 1962 ter diminuído sua ação comparada com 1961, embora tenha dobrado o capital investido. Essa melhoria geral nos últimos anos, acreditamos ser devida ao aumento substancial que imprimiu em suas bases de financiamento.

QUADRO I

Montante dos Financiamentos Rurais em São Paulo — Custeio e Investimento — (Bancos Oficiais)
Cr\$ 1 000 000,00

Anos	Banco do Brasil		Banco do Estado de São Paulo		Banco Nacional C. Cooperativo		Total geral	
	Valores	% do total	Valores	% do total	Valores	% do total	Valores correntes	Valores deflacionados(*)
1958	7 787	86	953	10	344	4	9 084	9 084
1959	9 628	80	1 874	15	603	5	12 105	8 835
1960	13 491	83	2 340	15	375	2	16 202	9 153
1961	16 647	81	3 382	17	393	2	20 422	8 369
1962	43 254	83	8 233	16	442	1	51 929	14 149

FONTE: Bancos do Brasil, do Estado de São Paulo e Nacional de Crédito Cooperativo.
(*) Utilizou-se como deflator o Índice Geral de Preços (Índice "2" da Conjuntura Econômica).

Esse crescimento foi acompanhado proporcionalmente pelo aumento das áreas financiadas, que passaram de 1,13 milhões de hectares em 1958 para 1,73 milhões em 1962, o que provocou um aumento na aplicação de cruzeiros por unidade de superfície financiada tanto para o custeio, como para o custeio

e investimento, como mostra o quadro VII.

O quadro II mostra uma evolução dos contratos efetuados, verificando-se um aumento substancial por parte do Banco do Brasil, que passou de 17 400 contratos em 1958 para 48 820 em 1962, demonstrando que a política adotada é no sentido da maior disseminação do crédito.

O Banco do Estado teve aumento proporcionalmente menor, mas mesmo assim dobrou seu número de contratos em relação a 1958. Deve-se fazer referência ao número de contratos efetuados pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, cujos dados em 1960 e 1961 não nos foi possível estimar, senão em

número de cooperativas beneficiadas. Em 1960 foram outorgados financiamentos a 101 cooperativas e em 1961, a 98. No ano de 1962, o Banco efetuou 8 300 contratos através de 53 cooperativas, aumentando assim sua participação na disseminação do crédito em relação a 1958.

QUADRO II

Contratos Rurais Efetivados pelos Bancos Oficiais

<i>A n o s</i>	<i>Banco do Brasil</i>	<i>Banco do Estado</i>	<i>Banco Nacional Crédito Coope- rativo</i>	<i>Total</i>
1958	17 400	7 548	3 418	28 366
1959	20 635	9 573	4 605	34 813
1960	24 673	10 408	—	35 081(*)
1961	30 902	10 959	—	41 861(*)
1962	48 820	14 983	8 300	72 103

FONTES: Bancos do Brasil, do Estado de São Paulo e Nacional de Crédito Cooperativo.
(*) Total parcial (Bancos do Brasil e do Estado).

Grau de Atendimento ao Pequeno Produtor

O Banco do Brasil, através de sua Carteira Agrícola, vem executando um financiamento específico ao pequeno produtor, exigindo para efeito de operar neste setor, que os agricultores cujas propriedades atinjam no máximo 50 hectares tenham produção média ou rendimentos totais de qualquer natureza que não excedam a Cr\$ 1 000 000,00(*) anuais, não comportando financiamentos superiores a Cr\$ 600 000,00 no caso

de proprietário e Cr\$ 400 000,00 no caso de não proprietário (bases de 60% e 40% respectivamente). E' ainda necessário que êsses lavradores exerçam atividades rurais há três anos pelo menos, e continuem a exercê-las em área de terra não superior à necessária para ocupar integralmente o tempo do produtor e de seus dependentes economicamente, assegurando-lhes sustento dentro de padrões de vida razoável, de acôrdo com sua ocupação.

(*) Bases em vigor no ano de 1963.

Igualmente o pequeno produtor pode, eventualmente, ter um ou dois empregados, principalmente em épocas de plantio e colheita.

Além dessas condições, outras são postas em prática no sentido de tornar êsse tipo de crédito acessível ao pequeno produtor, de acôrdo com a conceituação acima. Assim, no que diz respeito à garantia, os financiamentos são deferidos, com ou sem garantia real, realizando-se preferentemente por meio das notas de crédito rural instituídas por lei(**) ou a critério das agências, através de contratos especiais nos casos em que o mutuário requeira maiores cautelas. Por outro lado, os comprovantes e certidões de apresentação, usualmente exigidos para elaboração dos contratos,

são dispensáveis nesta modalidade de crédito, sendo apenas consideradas as informações cadastrais.

Pelo quadro III pode-se visualizar os empréstimos deferidos aos pequenos produtores no período em estudo.

Assim, em 1962 a CREAM assistiu a 9 439 pequenos lavradores (limite de empréstimos Cr\$ 210 000,00 a Cr\$ 140 000,00(***) respectivamente para pequenos produtores proprietários e não proprietários). Se compararmos êsse número de empréstimos com os realizados pelo Banco do Estado na faixa de Cr\$ 300 000,00 verificamos que o Banco do Estado, nesse mesmo ano, realizou contratos com 5 483 produtores, embora não faça distinção entre pequenos e grandes produtores.

QUADRO III

Financiamentos Concedidos pelo Banco do Brasil ao Pequeno Produtor no Estado de São Paulo — Período 1958/1962

A n o s	Agricultoras		Pecuaríarios		Total	
	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000	N.º	Cr\$ 1 000
1958	3 106	138 004	192	10 079	3 298	148 083
1959	—	—	—	—	—	—
1960	6 525	378 035	317	20 727	6 842	398 762
1961	8 170	707 715	366	45 547	8 536	753 262
1962	9 114	947 325	325	121 040	9 439	1 068 365

FONTE: Relatórios do Banco do Brasil.

(**) Lei n.º 3253 de 27/8/57.

(***) Bases vigariantes em 1962.

No entanto, se aprofundarmos nossa análise no atendimento dado ao pequeno produtor, verificaremos que ainda é relativamente baixo o número de atendidos.

Assim, tomando por base dados publicados pela Divisão de Economia Rural(*) verifica-se que o número de propriedades até 50 ha, limite máximo esta-

belecido para efeito do financiamento ao pequeno produtor, atinge aproximadamente a 211 000. Considerando, a grosso modo, que os 9 439 contratos deferidos correspondiam a igual número de propriedades, constata-se que apenas 4,4% das pequenas propriedades foram assistidas por essa modalidade de financiamento.

Aumentou no Quinquênio em Estudo, a Participação do Financiamento Oficial na Área Cultivada do Estado de São Paulo.

A superfície cultivada, que em 1958 contou com a participação do financiamento dos Bancos do Brasil e do Estado em 22% do total da área plantada, passou em 1962 para 30% do total dos 5,6 milhões de hectares cultivados naquele ano. Infelizmente não se possui dados que possam mostrar as áreas cobertas pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo

em seu financiamento de custeio, isto porque os financiamentos são conferidos às cooperativas, que de acôrdo com as normas do Banco os distribuem aos cooperados, não havendo portanto possibilidade de se medir êsse dado. No entanto, pode-se estimar sua participação em 1% da área financiada, de acôrdo com o seu volume monetário.

QUADRO IV

Área Total Cultivada em São Paulo e Área Financiada pelos Banco do Brasil e Banco do Estado de São Paulo (1 000 hectares)

<i>A nos</i>	<i>Superfície cultivada</i>	<i>Superfície financiada Banco do Brasil</i>	<i>Superfície financiada Banco do Estado de S. Paulo</i>	<i>Totais</i>	<i>Porcentagem de área financiada</i>
1958	5 139	915	215	1 130	22,0
1959	4 982	1 100	250	1 350	27,0
1960	5 519	1 218	360	1 578	28,0
1961	5 589	1 010	280	1 290	23,0
1962	5 612	1 285	445	1 730	30,0

FONTE: Dados básicos da Divisão de Economia Rural, Banco do Brasil e Banco do Estado de São Paulo.

(*) Agricultura em São Paulo — N.º 5, maio, 1962.

Através do quadro IV pode-se visualizar globalmente as superfícies assistidas pelo crédito, comparadas com as áreas cultivadas no Estado. Verifi-

ca-se que ao longo do período vêm crescendo as áreas cultivadas e assistidas pelo financiamento.

QUADRO V

Relação Porcentual Entre as Áreas Financiadas e Cultivadas das Principais Lavouras()*

<i>Produtos</i>	1958	1959	1960	1961	1962
I — Produtos alimentícios de consumo interno					
Arroz	29,3	30,9	30,3	33,0	38,8
Batata inglesa	12,0	10,7	10,5	16,0	18,9
Feijão	0,5	1,0	1,7	1,2	3,4
Milho	4,2	17,7	19,7	20,7	31,6
II — Matéria prima para indústria					
Amendoim	15,5	6,9	14,2	19,2	51,0
Cana de açúcar	31,9	32,9	68,7	6,3	7,4
Mandioca	7,5	12,0	10,6	14,5	19,7
Mamona	10,8	12,6	23,7	25,0	25,1
III — Produtos de exportação					
Café(**)	33,5	37,5	31,1	25,4	48,9
Algodão	47,9	44,7	46,5	52,9	54,0

FONTE: Dados básicos — Divisão de Economia Rural (Secção de Previsão de Safras e Cadastro e Bancos do Brasil e do Estado).

(*) Os dados d'êste quadro retificam os anteriormente apresentados.

(**) Em milhões de pés.

QUADRO VI

Evolução das Superfícies Cultivadas e Financiadas no Estado de São Paulo — Banco do Brasil e Banco do Estado()*
(1 000 hectares)

Principais produtos	Superfície Cultivada		Superfície Financiada	
	1958	1962	1958	1962
I — Produtos alimentícios de consumo interno				
Arroz	547,0	765,0	160,5	297,0
Batata inglesa	44,0	37,0	5,3	7,0
Milho	1 154,0	1 579,0	48,1	499,2
Feijão	361,0	387,2	1,8	13,2
II — Matéria prima para indústria				
Amendoim	144,0	150,0	22,3	76,5
Cana de açúcar	429,0	515,0	136,7	38,3
Mandioca	104,0	165,0	7,8	32,6
Mamona	45,5	62,1	4,9	15,6
III — Produtos de exportação				
Café(**)	1 400,0	973,0	469,0	476,1
Algodão	411,4	605,0	197,3	327,0

FONTE: Divisão de economia Rural — Bancos do Brasil e do Estado de São Paulo.

(*) Os dados deste quadro retificam os anteriormente apresentados.

(**) Em milhões de pés.

Recebe o Algodão a Maior Parcela do Financiamento de Custeio.

O quadro V mostra em termos percentuais, o grau de auxílio financeiro que receberam as principais culturas.

Assim, em 1962 o cultivo que recebeu percentualmente maior ajuda financeira foi o algodão. Do total da área cultivada (605 mil hectares) 55,3% foram amanhados com o auxílio de recursos dos Bancos oficiais.

Continuando na análise do quadro V verificamos que as principais culturas consideradas aumentaram percentualmente suas áreas financiadas em relação ao ano 1958, com exceção da cana de açúcar que passou de 31,9% em 1958 para 7,4% em 1962.

No que diz respeito ao Banco do Brasil, esse fato não signi-

fica que a cultura tenha sido desamparada financeiramente. Ocorreu que a carteira encarregada do Setor resolveu desmembrar os financiamentos dados a cultura o que não se verificava anteriormente

Os dados apresentados nos quadros V e VI para os anos de 1961 e 1962 referem-se apenas aos empréstimos feitos ao custeio da lavoura; a parte referente a instalações, equipamentos etc. foi apresentada no setor agro-industrial (Infelizmente não foi possível estimar êsse valor, porquanto o mesmo é publicado globalmente, o que impossibilita a extração da parte que cabe à cultura da cana).

Já com referência ao Banco do Estado, o mesmo não se verificou, isto porque a carteira encarregada do Setor, restringiu os financiamentos àquelas culturas consideradas tradicionais em favor da cultura de cereais, notadamente as de subsistência.

Explica-se, dessa forma, a diminuição havida nestes últimos anos, para o que também contribuiu o aumento da área cultivada com a cana de açúcar, como mostra o *quadro VI*.

Em ordem decrescente, apresentaram-se com as maiores porcentagens das áreas assisti-

das pelo crédito, as lavouras do algodão, café, amendoim e arroz.

No *quadro VI* aponta-se a evolução, em números absolutos, das superfícies cultivadas e das superfícies financiadas, avultando o aumento ponderável havido na superfície financiada do milho, que passou de 48,1 mil hectares em 1958 para 499,2 mil hectares em 1962, fazendo com que essa cultura apresentasse a maior área financiada, o que em 1958 era conseguido pelo café.

Ressalte-se ainda o caso do amendoim cuja cultura no período 1958/1962 aumentou de área, passando de 144,0 mil hectares para 150,0 mil hectares, ou seja um incremento de 6 mil hectares. No entanto, a área financiada aumentou nesse mesmo período em 54,2 mil hectares, cobrindo, pois, o aumento dos 6 000, e substituindo os 48,2 mil outros hectares, antes trabalhados com recursos próprios ou de outras fontes.

Nas culturas de arroz, feijão, mandioca e algodão, as superfícies cultivadas cresceram em números absolutos no período 58/62, mais do que os financiamentos, que cobriram apenas parte do aumento verificado.

Aumentaram os Recursos sob a Forma de Financiamento na Agricultura.

Na observação do quadro VII verifica-se que os recursos colocados à disposição da agricultura paulista sob a forma de financiamento para custeio e

investimento aumentaram no período considerado. Assim, em termos reais, cada hectare recebeu maior quantidade de financiamento.

QUADRO VII

Recursos por Hectare Postos à Disposição da Agricultura Paulista sob Forma de Financiamento.
(Bancos do Brasil e do Estado)
(Cruzeiros por hectare)

Anos	Crédito de custeio		Total (Custeio e Investimento)	
	Valores correntes	Valores de-facionados(*)	Valores correntes	Valores de-facionados
1958	5 662	5 662	6 891	6 891
1959	6 350	4 635	8 520	6 218
1960	6 323	3 572	10 038	5 671
1961	13 662	5 599	15 526	6 363
1962	24 409	6 650	29 761	8 109

FONTE: Dados básicos da Divisão de Economia Rural e Bancos do Brasil e do Estado de São Paulo.

(*) Utilizou-se como deflator o índice Geral de Preços (Índice "2" da Conjuntura Econômica).

No setor de custeio, em 1958 cada hectare recebia Cr\$ 5 662,00 passando em 1962 para Cr\$ 6 650,00 (cruzeiros de 1958). Considerando os recursos distribuídos globalmente (custeio e investimento) a situação manteve-se também favorável, e com maior diferença, pois em 1958 cada hectare recebia Cr\$ 6 891,00 passando em 1962 a receber Cr\$ 8 109,00 (cruzeiros de 1958).

Para êsse aumento verificado, podemos arrolar alguns fatos que talvez expliquem a situação, porquanto em períodos passados a agricultura recebia gradativamente, ano após ano, menor quantidade de crédito expresso em termos de recursos por hectare.

Um dos fatores seria o aumento ocorrido nas bases de financiamento (principalmente do Banco do Estado) que teriam sido elevadas em maior proporção que a desvalorização da moeda; outro seria o aumento das operações com médios e grandes mutuários, aumento êsse provocado pela introdução, principalmente através do Banco do Estado, dos chamados "financiamentos técnicos".

Essa medida veio quebrar o nivelamento que existia anteriormente entre as empresas agrícolas, quando às bases de financiamento não apresentavam a diferenciação atualmente existente.

*Inicia o Estado Através o "Fundo de Expansão Agro-Pecuária"
os Financiamentos a Médio e Longo Prazo.*

Em virtude das condições econômico-financeiras do país, que se ressentia da falta de capitais, os Bancos oficiais têm se dedicado preferencialmente aos financiamentos para custeio de entre safra (curto prazo) sobre os financiamentos para investimentos (médio e longo prazo), decorrentes naturalmente das limitações citadas acima.

Até a criação do "Fundo de Expansão Agro-Pecuária", sô-

mente o Banco do Brasil atendia esse importante setor, diga-se de passagem de forma insuficiente. Dessa forma, a criação do "Fundo" veio cobrir uma lacuna no setor creditício do Estado.

O "Fundo de Expansão Agro-Pecuária" criado em maio de 1961, junto à Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, tem por finalidade financiar a médio e longo prazo, até 60% do montante dos investi-

QUADRO VIII

*Financiamentos Feitos e em Andamento no "Fundo de Expansão Agro-Pecuária" no Setor de Investimento
(1962 — Em milhares de Cr\$)*

<i>Distribuição dos processos, por atividade</i>	<i>Processos deferidos</i>	<i>Processos em fase final de estudos</i>	<i>Processos iniciados</i>
Tratores(*)	26 622	21 912	—
Florestamento e reflorestamento(**)	69 470	20 692	14 251
Pesca	—	15 780	27 231
Casas para trabalhadores rurais - 563 unidades ..	47 376	27 321	24 313
Pecuária, suinocultura e avicultura	149 909	25 669	44 521
Industrialização agro-pecuária	198 870	64 125	7 317
Diversos(***)	78 291	46 609	41 054
Totais	570 538	222 108	158 687

FONTE: Relatório do Banco do Estado.

(*) Refere-se a 46 unidades colaboração com a CAIC.

(**) Eucalipto 5 345 250 pés — Pinus 5 405 200 pés.

(***) Mecanização, adubação p/ culturas perenes e pastagens, calagem, açudagem, irrigação, eletrificação, silos etc.

mentos, projetos específicos que tendam a renovar e desenvolver a agricultura, pecuária e a pesca, bem como promover a industrialização de seus produtos no território do Estado. Os financiamentos por conta do "Fundo" são sempre realizados por intermédio do Banco do Estado de São Paulo S/A.

Os recursos do "Fundo" são constituídos por verbas orçamentárias a êle consignadas, por créditos abertos em conformidade com a Lei n.º 5 444, de 17 de novembro de 1959, pelas amortizações recebidas dos mutuários e pelas rendas provenientes de suas operações.

O *quadro VIII* mostra as operações efetuadas pela Carteira de Expansão Econômica do Banco do Estado (que está incumbida de distribuir os recursos do Fundo), até dezembro de 1962, podendo-se pelo mesmo verificar as atividades que mereceram as prioridades iniciais. Através do mesmo, pode-se visualizar os processos que já foram deferidos, aqueles que se encontram em fase de estudos, bem como aqueles que estão na fase inicial.

Na análise, verifica-se que a industrialização agro-pecuária mereceu maior dotação, vindo a seguir o setor da pecuária que

no crédito de custeio recebe poucos recursos.

A pesca infelizmente, ainda não recebeu recursos, embora estejam alguns processos em fase final de estudos e outros na fase inicial.

Outro setor que mereceu atenção especial foi o reflorestamento, para o qual foram destinados 69,4 milhões de cruzeiros. Presentemente desenvolvem-se no "Fundo" estudos visando ampliar a área de prioridades nos diversos setores agro-pecuários, a fim de atender setores carentes de recursos.

A dotação do "Fundo", que seria distribuída no período 1959/1962, era inicialmente de 7,25 bilhões. No entanto, tendo sido regulamentada apenas em 1961, a distribuição ficou prejudicada. Quando da regulamentação, o Governo colocou à disposição do "Fundo" um (1) bilhão de cruzeiros, que foi comprometido quase totalmente como se verifica no *quadro VIII*. Através o Decreto n.º 41 482 de 17/1/63, foi pôsto à disposição do "Fundo" um crédito especial de 200 milhões de cruzeiros.

Mais recentemente, através do orçamento do Estado, foi liberada a verba de 1,2 milhões de cruzeiros, o que demonstra o interesse do Governo, no atendimento desse importante setor.

Perspectiva para o Crédito Rural no Estado de São Paulo na Safra de 1963/64.

Apesar da melhoria havida no setor, como se demonstrou ao longo do trabalho, é de todos

conhecida e reconhecida a precariedade do crédito agrícola em nosso país, quer no que res-

peita ao seu volume, quer à sua distribuição.

Portanto, muita coisa ainda precisa ser feita no sentido de tornar o crédito rural instrumento positivo de incremento de nossa agricultura. Assim, tanto o govêrno estadual, como o govêrno federal vêm tomando providências no sentido de colocar o financiamento agro-pecuário dentro da realidade econômica financeira do país.

Um primeiro passo foi tomado com referência ao crédito cooperativo através do Banco Nacional de Crédito Cooperativo que presentemente enfrenta uma posição difícil em face dos poucos recursos que dispõe para o atendimento de suas finalidades.

Em face dessa situação, foram tomadas medidas no sentido de sua reestruturação, passando, de acôrdo com decreto federal, de autarquia para sociedade de economia mista.

Além disso, seus recursos foram ampliados, com dotações que elevaram o capital de 500 milhões para 3 bilhões de cruzeiros.

Presentemente, o Banco conta com sete agências instaladas nas principais capitais do país. Estão sendo feitos estudos no sentido de sua instalação em 15 outras Unidades da Federação, inclusive uma em Brasília, para onde serão transferidos, também, todos os órgãos da administração daquele estabelecimento.

Outra medida de alto alcance no que se refere a difusão do crédito, foi recentemente tomada, através à instrução 247, baixada pela SUMOC. Repre-

senta a mesma, uma medida realmente inovadora em nossa política creditícia. Objetiva criar condições para que os Bancos particulares substituam em parte o Banco do Brasil, onde o mesmo não tenha agência.

Atualmente o crédito rural depende, fundamentalmente na sua quase totalidade do Banco do Brasil, que possui no momento 501 agências espalhadas irregularmente pelo Brasil. Por seu turno, os Bancos particulares possuem 5 054 agências distribuídas pelo Brasil, o que mostra serem êles um veículo de grande importância na difusão do crédito rural, principalmente quando sabemos que o crédito rural mais do que qualquer outro, exige um contacto direto do lavrador com o estabelecimento bancário. Nos lugares onde não há agência do Banco do Brasil, os lavradores encontram grandes dificuldades para receber uma ajuda em condições favoráveis para um tipo de atividade que não pode pagar os juros reais exigidos pelos Bancos particulares.

Dessa forma, a instrução 247 da SUMOC estabelece que nas praças onde o estabelecimento oficial não mantém agência, poderão os Bancos particulares deduzir dos seus depósitos no Banco do Brasil, à ordem da SUMOC, a quantia dos créditos destinados à pequena lavoura.

Hoje em dia, os Bancos, cujos créditos não se enquadram nas faixas de prioridade, devem recolher à SUMOC 28% dos seus depósitos à vista e 14% dos outros depósitos. Interessa aos Bancos particulares, reduzir o montante de tais depósitos. Por

isso, é de se prever que os estabelecimentos de crédito que têm uma rede grande de agências, possam aproveitar-se dessa medida.

Cumpra aduzir que a instrução estabelece ainda que, em caso algum, o montante do recolhimento compulsório mantido individualmente no Banco do Brasil à ordem da SUMOC, poderá vir a representar menos do que o correspondente a 12%, respectivamente, do volume de seus depósitos, à vista e a prazo.

Outro ponto importante desta instrução se relaciona ao resdesconto extra-limite, que será assegurado aos Bancos que, em função dos empréstimos à lavoura, venham a sofrer uma queda anormal nos seus depósitos. Portanto, apesar desta medida ser ainda bastante moderada, constitui um primeiro passo, que, espera-se dando certo, se expanda para os empréstimos rurais.

No âmbito estadual procura a Carteira Agrícola do Banco do Estado acompanhar a evolução que se processa na política do crédito rural, principalmente no setor instrumental, isto é, no encaminhamento e processamento dos documentos necessários à contratação do empréstimo.

As medidas postas em prática foram as seguintes:

A — No que concerne à utilização de novos instrumentos, objetivando desburocratizar o crédito:

1) Adoção do contrato de Penhor Agrícola ou da cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária para o financiamento da citri-

cultura, dispensada a obrigatoriedade da hipoteca.

2) Financiamento até Cr\$ 400 000,00 pelo desconto de Nota de Crédito Rural, para proprietários com escritura definitiva, compromissários compradores de terras com aval dos comprometentes vendedores e arrendatários com aval dos proprietários do imóvel, desde que tenham residência e domicílio na propriedade financiada. Esta inovação dispensa lavratura de contrato de penhor, simplifica a operação e diminui os gastos.

3) Adoção da cédula Rural hipotecária para empréstimos hipotecários, o que veio evitar as grandes despesas com escrituras de hipoteca. Tratando-se de produtos perecíveis, tais como: batata, tomate, hortaliças, cebola etc., utilizar-se-á a cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária.

B — No que concerne à melhoria nos tetos de financiamento:

1) Elevação do teto para 3 milhões de cruzeiros, sem distinção. Anteriormente o teto era de 2,5 milhões, quando o plantio abrangia outras culturas. Apesar da melhoria, consideramos ainda irrisória essa quantia, principalmente se levarmos em conta o índice de inflação que atravessamos.

2) O prazo para o financiamento de mandioca, que era de 12 meses a partir de 1.º de março, passou a ser de 12 meses após a data do plantio, que poderá ser de março a agosto, sempre prorrogável por prazo até 6 meses.

3) Foram estabelecidas para a safra de financiamento 1963/64, as bases que mostramos no quadro IX, a qual comparamos com a safra anterior. Na observação do mesmo, verifica-se que o Banco mudou a orientação com relação à cultura da cana

de açúcar. Além do aumento na base do financiamento comum, ainda foi estendido à cultura, o financiamento técnico. Essa medida deverá naturalmente incrementar ainda mais a cultura em nosso Estado.

QUADRO IX

Bases de Financiamento
(Cruzeiros por alqueire de 24 200 m²)

Culturas	Safra 62/63		Safra 63/64	
	Financiamento comum	Financiamento técnico	Financiamento comum	Financiamento técnico
CAFÉ(*)				
Com produção acima de 6 sacas beneficiadas	20 000,00	—	20 000,00	—
Com produção acima de 12,5 sacas beneficiadas ..	35 000,00	58 000,00	50 000,00	70 000,00
ALFAFA	20 000,00	—	—	—
ALGODÃO	60 000,00	90 000,00	100 000,00	160 000,00
AMENDOIM	40 000,00	70 000,00	70 000,00	120 000,00
ARROZ				
De sequeiro ou de várzea	52 000,00	—	80 000,00	—
Com irrigação controlada	—	95 000,00	—	140 000,00
CANA				
1.º corte	10 000,00	—	50 000,00	100 000,00
2.º ou 3.º corte	—	—	40 000,00	—
FEIJÃO	30 000,00	60 000,00	40 000,00	70 000,00
MAMONA	30 000,00	—	45 000,00	—
MANDIOCA	35 000,00	60 000,00	60 000,00	90 000,00
MILHO	30 000,00	40 000,00	40 000,00	50 000,00
RAMI				
Apenas custeio prazo 1 ano	30 000,00	—	30 000,00	—
Formação e custeio prazo 2 anos	65 000,00	—	65 000,00	—
SOJA E LEGUMINOSAS	30 000,00	—	40 000,00	—
TRIGO	15 000,00	—	20 000,00	—

(*) Por mil (1 000) pés.

ESTATÍSTICAS

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SÃO PAULO

Em cruzeiros()*

Itens	Unidade	1 9 6 3				
		Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
Boi acima de 3 anos	Cabeça	37 600	37 800	41 100	42 900	45 000
Boi de 2 a 3 anos	"	30 500	31 200	33 700	34 500	38 100
Bezerro de 1 a 2 anos ...	"	21 000	22 700	23 560	24 900	26 200
Bezerro até 1 ano	"	14 800	16 000	15 640	16 900	17 100
Boi gordo	15 kg	3 050	3 380	3 770	4 090	4 420
Vaca gorda	"	2 610	2 900	3 260	3 610	3 900
Leite	Litro	34,70	36,20	37,50	42,40	41,40
Excesso de cota	"	33,90	34,20	32,90	34,80	30,70
Gordura - acréscimo por	"	2,40	2,50	3,30	3,10	2,20
Vaca holandesa	Cabeça	81 700	76 700	84 700	83 800	100 000
Vaca comum	"	48 100	50 600	54 100	56 700	61 000
Porco cx. para até 60 kg	"	5 750	6 220	6 470	6 510	8 270
Porco cx. para mais 60 kg	"	7 440	7 780	8 780	8 760	10 200
Porco gordo	15 kg	3 570	3 490	3 690	3 900	4 190
Frango raça especializada	Kg vivo	245,00	231,00	258,00	284,00	354,00
Galinha caipira	Cabeça	457,00	482,00	520,00	534,00	619,00
Galinha legohrn	"	339,00	394,00	397,00	383,00	403,00
Galinha leghorn	Kg vivo	206,00	198,00	210,00	235,00	274,00
Ovos casca branca	Dúzia	225,00	210,00	176,00	186,00	221,00
Ovos casca vermelha	"	232,00	218,00	190,00	199,00	239,00
Ovos caipira	"	205,00	187,00	170,00	165,00	197,00

(*) Dados apurados pela Secção de Análises de Mercados e Preços, sujeitos a revisão posterior.

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES

Julho de 1963(*)

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL
SEÇÃO DE ANÁLISES DE MERCADOS E PREÇOS

Zonas	CAFÉ		benef. saca 60 kg	ALGO- DÃO e/caroço por arrôba	AMEN- DOIM e/casca saca de 25 kg	MAMO- NA por quilo	ARROZ		FEIJÃO saca 60 kg	MILHO saca de 60 kg	BATATA saca de 60 kg	CEBOLA por arrôba
	em coco em quilo de renda	saca 40 kg					e/casca saca de 60 kg	benef. saca de 60 kg				
Araçatuba (1)	135,00	2 580	8 870	1 210	1 250	42,60	5 020	7 840	6 490	897	3 720	1 020
Avaré (2)	133,00	2 260	8 060	1 300	1 300	40,80	5 060	8 000	5 630	929	3 430	588
Campinas (3)	140,00	2 440	8 550	1 340	—	—	5 320	7 930	7 140	1 000	3 890	608
Marília (4)	144,00	2 520	8 720	1 190	1 490	43,90	4 990	9 130	6 510	1 150	3 290	750
Presidente Prudente (5)	130,00	2 350	7 800	1 180	1 300	39,80	4 720	7 670	5 500	809	2 900	926
Ribeirão Preto (6)	149,00	2 550	9 930	1 260	1 440	42,70	5 180	8 250	6 360	940	3 220	946
São José do Rio Preto ... (7)	146,00	2 580	9 670	1 190	1 220	41,70	5 060	7 950	6 610	876	3 470	1 100
São Paulo (8)	—	—	—	—	—	—	4 560	7 540	5 510	1 100	3 600	497
Taubaté (9)	—	—	—	—	—	—	5 470	8 400	6 530	1 220	4 370	839
Média ponderada do Estado no mês de julho de 1963	139,00	2 480	8 780	1 210	1 400	42,20	5 120	8 090	6 090	950	3 570	668
Idem em junho de 1963	119,00	2 390	7 430	1 200	1 160	42,30	4 890	7 660	6 220	925	3 900	626
" " maio " 1963	109,00	2 170	6 650	1 190	1 020	41,10	4 880	7 690	6 250	917	3 930	794
" " abril " 1963	103,00	2 050	6 430	1 200	997	40,50	4 920	7 640	4 800	950	2 530	750
" " março " 1963	103,00	2 050	6 280	1 190	978	40,30	4 200	6 900	4 070	903	2 270	505
" " fevereiro " 1963	105,00	2 130	6 640	—	881	40,10	4 800	7 710	4 820	936	1 890	401
" " janeiro " 1963	107,00	2 130	6 470	—	740	39,00	4 580	7 500	4 910	979	1 510	323
" " dezembro " 1962	105,00	2 100	6 420	—	763	38,30	4 500	6 940	5 400	968	1 150	236
" " novembro " 1962	105,00	2 090	6 630	—	832	39,90	4 170	6 390	8 570	1 020	1 930	321
" " outubro " 1962	104,00	2 070	6 360	—	783	40,20	3 930	6 040	8 440	1 080	2 340	430
" " setembro " 1962	100,00	2 000	6 160	—	711	38,10	3 470	5 310	9 960	1 020	2 470	738
" " agosto " 1962	96,70	1 920	6 110	758	612	29,50	3 010	4 600	8 440	980	2 340	1 370
" " julho " 1962	88,40	1 740	5 440	755	600	27,40	2 890	4 400	6 570	994	2 700	1 670

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.

NOTA: Nas zonas acima estão incluídas as seguintes chefias de extensão agrícola: (1) Araçatuba, Baurú e Jaú; (2) Avaré e Itapetininga; (3) Campinas, Piracicaba e S. João da Boa Vista; (4) Marília; (5) Presidente Prudente; (6) Ribeirão Preto e Bebedouro; (7) São José do Rio Preto; (8) São Paulo e Registro e (9) Taubaté.

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES

Agosto de 1963(*)

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL
SECÇÃO DE ANÁLISES DE MERCADOS E PREÇOS

Zonas		CAFÉ		ALGO- DÃO e/caroço por arrôba	AMEN- DOIM e/casca saca de 25 kg	MAMO- NA por quilo	ARROZ		FEIJÃO saca de 60 kg	MILHO saca de 60 kg	BATATA saca de 60 kg	CEBOLA por arrôba	
		em coco em quilo de renda	saca 40 kg				benef. saca 60 kg	e/casca saca de 60 kg					benef. saca de 60 kg
Araçatuba	(1)	137,00	2 460	8 740	1 230	1 780	46,30	5 270	7 950	6 760	916	2 720	937
Avaré	(2)	—	2 210	9 320	—	1 930	42,70	5 230	7 890	6 010	946	3 260	719
Campinas	(3)	132,00	2 420	8 660	1 430	—	—	5 500	8 400	6 610	1 040	2 790	722
Marília	(4)	144,00	2 620	9 260	1 200	1 750	49,20	5 700	8 630	5 610	911	2 850	1 070
Presidente Prudente	(5)	132,00	2 300	8 230	1 220	1 800	46,00	5 100	7 850	5 920	823	2 420	1 100
Ribeirão Preto	(6)	150,00	2 480	9 530	1 330	1 570	48,40	5 390	8 540	6 620	1 000	2 300	1 000
São José do Rio Preto	(7)	149,00	2 620	9 760	1 260	1 740	45,10	5 290	8 100	6 730	987	2 210	900
São Paulo	(8)	—	—	—	—	—	—	5 350	8 520	6 260	1 160	3 060	573
Taubaté	(9)	—	—	—	—	—	—	5 540	8 560	6 690	1 240	2 840	900
Média ponderada do Estado no mês de agosto de 1963		142,00	2 470	9 160	1 260	1 760	46,50	5 360	8 240	6 220	971	2 860	751
Idem em julho	de 1963	139,00	2 480	8 780	1 210	1 400	42,20	5 120	8 090	6 090	950	3 570	668
" " junho	" 1963	119,00	2 390	7 430	1 200	1 160	42,30	4 890	7 660	6 220	925	3 900	626
" " maio	" 1963	109,00	2 170	6 650	1 190	1 020	41,10	4 880	7 690	6 250	917	3 930	794
" " abril	" 1963	103,00	2 050	6 430	1 200	997	40,50	4 920	7 640	4 800	950	2 530	750
" " março	" 1963	103,00	2 050	6 280	1 190	978	40,30	4 200	6 900	4 070	903	2 270	505
" " fevereiro	" 1963	105,00	2 130	6 640	—	881	40,10	4 800	7 710	4 820	936	1 890	401
" " janeiro	" 1963	107,00	2 130	6 470	—	740	39,00	4 580	7 500	4 910	979	1 510	323
" " dezembro	" 1962	105,00	2 100	6 420	—	763	38,30	4 500	6 940	5 400	968	1 150	236
" " novembro	" 1962	105,00	2 090	6 630	—	832	39,90	4 170	6 390	8 570	1 020	1 930	321
" " outubro	" 1962	104,00	2 070	6 360	—	783	40,20	3 930	6 040	8 440	1 080	2 340	430
" " setembro	" 1962	100,00	2 000	6 160	—	711	38,10	3 470	5 310	9 960	1 020	2 470	738
" " agosto	" 1962	96,70	1 920	6 110	758	612	29,50	3 010	4 600	8 440	980	2 340	1 370

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.

NOTA: Nas zonas acima estão incluídas as seguintes chefias de extensão agrícola: (1) Araçatuba, Baurú e Jaú; (2) Avaré e Itapetininga; (3) Campinas, Piracicaba e S. João da Boa Vista; (4) Marília; (5) Presidente Prudente; (6) Ribeirão Preto e Bebedouro; (7) São José do Rio Preto; (8) São Paulo e Registro e (9) Taubaté.

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES

Setembro de 1963(*)

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL
SECÇÃO DE ANÁLISES DE MERCADOS E PREÇOS

SECRETARIA DA AGRICULTURA

Zonas	CAFÉ		benef. saca 60 kg	ALGO- DAO e/carroço arrôba	AMEN- DOIM e/casca saca de 25 kg	MAMO- NA por quilo	ARROZ		FEIJÃO saca de 60 kg	MILHO saca de 60 kg	BATATA saca de 60 kg	CEBOLA por arrôba
	em quilo de renda	em coco saca 40 kg					e/casca 60 kg	benef. saca 60 kg				
Araçatuba (1)	144,00	2 620	9 180	—	1 810	49,60	5 890	8 690	7 770	1 050	2 960	745
Avaré (2)	141,00	2 700	9 220	—	2 400	50,00	6 130	9 180	8 550	1 170	3 230	946
Campinas (3)	—	2 630	8 520	—	—	—	5 850	8 830	8 610	1 310	2 960	684
Marília (4)	150,00	2 910	9 800	—	2 080	53,10	5 950	9 390	7 860	1 240	2 640	638
Presidente Prudente (5)	141,00	2 450	9 200	—	1 900	51,50	6 000	9 180	7 980	1 050	2 550	883
Ribeirão Preto (6)	156,00	2 650	9 960	—	1 890	53,00	5 790	8 800	8 590	1 200	2 050	848
São José do Rio Preto ... (7)	152,00	2 750	9 980	—	2 080	49,60	5 790	8 890	8 030	1 150	2 500	700
São Paulo (8)	—	—	—	—	—	—	5 480	8 600	8 810	1 530	3 010	632
Taubaté (9)	—	—	—	—	—	—	5 890	7 420	8 430	1 600	3 340	756
Média ponderada do Estado no mês de setembro de 1963	147,00	2 730	9 450	—	2 010	50,90	5 860	8 810	8 380	1 190	2 880	761
Idem em agosto de 1963	142,00	2 470	9 160	1 260	1 760	46,50	5 360	8 240	6 220	971	2 860	751
" " julho " 1963	139,00	2 480	8 780	1 210	1 400	42,20	5 120	8 090	6 090	950	3 570	668
" " junho " 1963	119,00	2 390	7 430	1 200	1 160	42,30	4 890	7 660	6 220	925	3 900	626
" " maio " 1963	109,00	2 170	6 650	1 190	1 020	41,10	4 880	7 690	6 250	917	3 930	794
" " abril " 1963	103,00	2 050	6 430	1 200	997	40,50	4 920	7 640	4 800	950	2 530	750
" " março " 1963	103,00	2 050	6 280	1 190	978	40,30	4 200	6 900	4 070	903	2 270	505
" " fevereiro " 1963	105,00	2 130	6 640	—	881	40,10	4 800	7 710	4 820	936	1 890	401
" " janeiro " 1963	107,00	2 130	6 470	—	740	39,00	4 580	7 500	4 910	979	1 510	323
" " dezembro " 1962	105,00	2 100	6 420	—	763	38,30	4 500	6 940	5 400	968	1 150	236
" " novembro " 1962	105,00	2 090	6 630	—	832	39,90	4 170	6 390	8 570	1 020	1 930	321
" " outubro " 1962	104,00	2 070	6 360	—	783	40,20	3 930	6 040	8 440	1 080	2 340	430
" " setembro " 1962	100,00	2 000	6 160	—	711	38,10	3 470	5 310	9 960	1 020	2 470	738

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.

NOTA: Nas zonas acima estão incluídas as seguintes chefias de extensão agrícola: (1) Araçatuba, Baurú e Jaú; (2) Avaré e Itapetininga; (3) Campinas, Piracicaba e S. João da Boa Vista; (4) Marília; (5) Presidente Prudente; (6) Ribeirão Preto e Bebedouro; (7) São José do Rio Preto; (8) São Paulo e Registro e (9) Taubaté.

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES

Outubro de 1963(*)

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL
SEÇÃO DE ANÁLISES DE MERCADOS E PREÇOS

Zonas	CAFÉ			ALGO- DAO e/caroço por arrôba	AMEN- DOIM e/casca saca de 25 kg	MAMO- NA por quilo	ARROZ		FEIJÃO saca de 60 kg	MILHO saca de 60 kg	BATATA saca de 60 kg	CEBOLA por arrôba
	em coco em quilo de renda	saca 40 kg	benef. saca 60 kg				e/casca saca de 60 kg	benef. saca de 60 kg				
Araçatuba (1)	177,00	3 160	10 790	—	2 090	53,80	6 700	9 960	8 780	1 280	3 590	702
Avaré (2)	158,00	2 960	10 220	—	2 070	50,10	6 750	10 210	8 400	1 500	4 200	731
Campinas (3)	150,00	3 230	11 200	—	—	—	6 600	10 010	9 370	1 690	3 650	812
Marília (4)	192,00	3 680	12 170	—	2 430	55,30	6 570	10 560	9 070	1 530	3 390	867
Presidente Prudente (5)	160,00	3 000	11 190	—	2 330	52,30	6 620	9 920	9 010	1 180	4 590	678
Ribeirão Preto (6)	183,00	3 060	11 490	—	2 010	52,60	6 940	10 830	9 760	1 440	3 200	828
São José do Rio Preto (7)	179,00	3 230	11 850	—	1 940	49,80	6 900	10 560	8 910	1 480	4 280	606
São Paulo (8)	—	—	—	—	—	—	6 680	10 610	9 450	1 830	3 700	998
Taubaté (9)	—	—	—	—	—	—	6 460	11 250	7 840	1 730	3 950	826
Média ponderada do Estado no mês de outubro de 1963	175,00	3 270	11 310	—	2 330	52,00	6 780	10 470	8 740	1 480	3 750	795
Idem em setembro de 1963	147,00	2 730	9 450	—	2 010	50,90	5 860	8 810	8 380	1 190	2 880	761
" " agosto " 1963	142,00	2 470	9 160	1 260	1 760	46,50	5 360	8 240	6 220	971	2 860	751
" " julho " 1963	139,00	2 480	8 780	1 210	1 400	42,20	5 120	8 090	6 090	950	3 570	668
" " junho " 1963	119,00	2 390	7 430	1 200	1 160	42,30	4 890	7 660	6 220	925	3 900	626
" " maio " 1963	109,00	2 170	6 650	1 190	1 020	41,10	4 880	7 690	6 250	917	3 930	794
" " abril " 1963	103,00	2 050	6 430	1 200	997	40,50	4 920	7 640	4 800	950	2 530	750
" " março " 1963	103,00	2 050	6 280	1 190	978	40,30	4 200	6 900	4 070	903	2 270	505
" " fevereiro " 1963	105,00	2 130	6 640	—	881	40,10	4 800	7 710	4 820	936	1 890	401
" " janeiro " 1963	107,00	2 130	6 470	—	740	39,00	4 580	7 500	4 910	979	1 510	323
" " dezembro " 1962	105,00	2 100	6 420	—	763	38,30	4 500	6 940	5 400	968	1 150	236
" " novembro " 1962	105,00	2 090	6 630	—	832	39,90	4 170	6 390	8 570	1 020	1 930	321
" " outubro " 1962	104,00	2 070	6 360	—	783	40,20	3 930	6 040	8 440	1 080	2 340	430

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.

NOTA: Nas zonas acima estão incluídas as seguintes chefias de extensão agrícola: (1) Araçatuba, Baurú e Jaú; (2) Avaré e Itapetininga; (3) Campinas, Piracicaba e S. João da Boa Vista; (4) Marília; (5) Presidente Prudente; (6) Ribeirão Preto e Bebedouro; (7) São José do Rio Preto; (8) São Paulo e Registro e (9) Taubaté.

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS LAVRADORES

Novembro de 1963(*)

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL
SECÇÃO DE ANÁLISES DE MERCADOS E PREÇOS

Zonas	CAFÉ		benef. saca de 60 kg	ALGO-DÃO e/caroço por arrôba	AMEN-DOIM e/casca saca de 25 kg	MAMO-NA por quillo	ARROZ		saca de 60 kg	MILHO	BATATA	CEBOLA
	em quillo de renda	saca de 60 kg					saca de 60 kg	e/casca saca de 60 kg		benef. saca de 60 kg	saca de 60 kg	saca de 60 kg
Araçatuba (1)	189,00	3 440	12 160	—	2 190	55,40	7 130	10 820	6 830	1 510	5 870	822
Avaré (2)	178,00	3 320	12 490	—	2 250	53,40	6 980	10 480	6 410	1 670	3 800	1 040
Campinas (3)	—	3 010	11 520	—	—	—	6 920	10 830	7 140	1 770	4 040	724
Marília (4)	219,00	3 150	12 560	—	2 520	53,50	7 780	11 500	8 240	1 770	4 940	998
Presidente Prudente (5)	—	—	—	—	—	—	—	10 000	6 000	1 570	—	—
Ribeirão Preto (6)	212,00	3 600	12 780	—	2 390	54,30	7 300	11 360	7 830	1 680	3 670	850
São José do Rio Preto ... (7)	226,00	4 000	14 160	—	2 430	54,50	7 250	10 520	7 720	1 870	5 650	860
São Paulo (8)	—	—	—	—	—	—	6 390	11 520	7 130	1 920	4 270	—
Taubaté (9)	—	—	—	—	—	—	7 210	12 050	7 720	2 010	4 350	921
Média ponderada do Estado no mês de setembro de 1963	204,00	3 370	12 580	—	2 320	54,70	7 200	10 900	6 920	1 700	4 270	867
Idem em outubro de 1963	175,00	3 270	11 310	—	2 330	52,00	6 780	10 470	8 740	1 480	3 750	795
" " setembro " 1963	146,00	2 730	9 450	—	2 010	50,90	5 860	8 810	8 380	1 190	2 880	761
" " agosto " 1963	142,00	2 470	9 160	1 260	1 760	46,50	5 360	8 240	6 220	971	2 860	751
" " julho " 1963	139,00	2 480	8 780	1 210	1 400	42,20	5 120	8 090	6 090	950	3 570	668
" " junho " 1963	119,00	2 390	7 430	1 200	1 160	42,30	4 890	7 660	6 220	925	3 900	626
" " maio " 1963	109,00	2 170	6 650	1 190	1 020	41,10	4 880	7 690	6 250	917	3 930	794
" " abril " 1963	103,00	2 050	6 430	1 200	997	40,50	4 920	7 640	4 800	950	2 530	750
" " março " 1963	103,00	2 050	6 280	1 190	978	40,30	4 200	6 900	4 070	903	2 270	505
" " fevereiro " 1963	105,00	2 130	6 640	—	881	40,10	4 800	7 710	4 820	936	1 890	401
" " janeiro " 1963	107,00	2 130	6 470	—	740	39,00	4 580	7 500	4 910	979	1 510	323
" " dezembro " 1962	105,00	2 100	6 420	—	763	38,30	4 500	6 940	5 400	968	1 150	236
" " novembro " 1962	105,00	2 090	6 630	—	832	39,90	4 170	6 390	8 570	1 020	1 930	321

(*) Dados sujeitos a revisão posterior.

NOTA: Nas zonas acima estão incluídas as seguintes chefias de extensão agrícola: (1) Araçatuba, Baurú e Jaú; (2) Avaré e Itapetininga; (3) Campinas, Piracicaba e S. João da Boa Vista; (4) Marília; (5) Presidente Prudente; (6) Ribeirão Preto e Bebedouro; (7) São José do Rio Preto; (8) São Paulo e Registro e (9) Taubaté.

SECRETARIA DA AGRICULTURA
 DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL
 DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL E DIVISÃO DE FOMENTO AGRÍCOLA
Previsões da safra de 1962/63 do Estado de São Paulo
 4.^a Estimativa — junho de 1963

<i>Culturas</i>	<i>Área em mil hectares</i>	<i>Produção em mil toneladas</i>	<i>Rendimento em kg/ha</i>
Café beneficiado	—	606,0	—
Algodão em caroço	605,0	634,5	1 049
Arroz em casca	762,3	720,0	945
Milho	1 573,0	2 688,0	1 709
Feijão das águas	217,8	96,0	440
Feijão da seca	169,4	64,8	383
Amendoim das águas (em casca) ...	242,0	350,0	1 446
Amendoim da seca (em casca)	140,0	130,0	929
Batata das águas	20,6	258,0	12 520
Batata da seca	18,0	168,0	9 330
Mandioca	172,0	2 900,0	16 860
Cana de açúcar	515,5	22 000,0	42 677
Mamona	62,2	65,0	1 045
Soja	4,7	5,0	1 064
Cebola	8,5	32,3	3 800
Tomate	21,0	396,0	18 857
Laranja	—	1 080,0	—
Uva	—	90,0	—

SECRETARIA DA AGRICULTURA
DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL
DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL E DIVISÃO DE FOMENTO AGRÍCOLA

Previsões da safra de 1962/63 do Estado de São Paulo

Junho de 1963 — 4.^a Estimativa (Final)

Secções de extensão agrícola	Café (beneficiado)		Algodão em caroço		Arroz em casca		Milho		Feijão (das águas)		Feijão (da seca)	
	1 000 pés	Mil sacas 60 kg	Al-quei-res	Mil arrô-bas	Al-quei-res	Mil sacas 60 kg	Al-quei-res	Mil sacas 60 kg	Al-quei-res	Mil sacas 60 kg	Al-quei-res	Mil sacas 60 kg
Araçatuba	71 000	765	43 600	9 028	20 980	650	34 100	2 253	4 150	94	3 244	30
Avaré	104 000	922	1 070	146	17 780	731	61 320	4 498	9 500	181	4 253	120
Baurú	86 800	945	6 950	965	7 260	270	29 130	1 772	3 700	59	3 110	38
Bebedouro	87 000	722	13 880	2 940	48 100	1 550	73 840	5 170	6 900	58	5 867	56
Campinas	45 000	304	6 010	1 326	7 470	336	38 200	2 420	4 200	89	3 530	53
Capital	700	4	—	—	480	19	8 300	596	1 450	40	1 056	20
Itapetininga	4 500	42	440	66	6 170	294	77 670	5 326	11 800	253	8 575	202
Jaú	63 880	496	6 750	1 200	22 300	682	45 940	2 786	4 800	79	2 756	44
Litoral	400	8	—	—	6 330	229	1 050	76	500	4	55	2
Marília	206 800	2 792	31 000	4 808	12 590	440	28 490	2 014	13 600	230	11 750	122
Piracicaba	10 670	127	3 580	645	11 120	492	23 000	1 536	3 500	48	2 780	51
Presidente Prudente .	43 400	300	78 730	10 740	11 370	486	54 930	3 564	8 500	191	5 615	89
Ribeirão Preto	66 650	642	17 370	4 145	49 020	1 884	78 050	6 626	5 200	76	6 303	66
S. João da Boa Vista	44 050	270	6 890	1 355	15 890	617	34 920	2 340	3 900	72	2 774	82
S. José do Rio Preto	133 400	1 727	33 730	4 936	67 760	2 584	52 250	3 226	6 700	83	6 472	71
Vale do Paraíba	4 650	34	—	—	10 380	736	8 810	597	1 600	43	1 850	34
Totais	973 000	10 100	250 000	42 297	315 000	12 000	650 000	44 800	90 000	1 600	70 000	1 080

Secções de extensão agrícola	Amendoim (das águas) em casca		Amendoim (da secca) em casca		Batata (das águas)		Batata (da secca)		Mandioca		Cana de açúcar	
	Al-quei-res	Mil sacas 25 kg	Al-quei-res	Mil sacas 25 kg	Al-quei-res	Mil sacas 60 kg	Al-quei-res	Mil sacas 60 kg	Al-quei-res	Mil Tone-ladas	Al-quei-res	Mil Tone-ladas
	Araçatuba	12 100	2 330	6 490	400	18	7	120	38	1 960	77	1 090
Avaré	878	90	374	35	95	26	80	16	5 607	233	8 461	1 000
Baurú	3 370	450	1 301	95	13	5	112	28	1 987	65	10 840	1 190
Bebedouro	3 660	400	1 009	96	68	27	63	26	6 339	260	12 797	1 345
Campinas	44	7	24	4	1 305	684	502	265	2 468	142	18 600	1 675
Capital	7	1	—	—	2 250	1 324	772	408	794	23	1 320	113
Itapetininga	75	8	22	3	1 785	913	1 380	600	2 714	115	6 647	850
Jaú	3 300	457	504	30	—	—	150	50	3 444	130	30 587	2 750
Litoral	—	—	—	—	—	—	—	—	574	18	60	4
Marília	45 000	6 000	28 052	2 421	—	—	1 630	480	1 608	70	1 070	156
Piracicaba	186	29	45	6	169	40	168	38	5 573	219	63 495	6 420
Presidente Prudente .	27 332	3 718	18 300	1 886	148	50	352	110	16 110	720	6 920	728
Ribeirão Preto	1 430	170	171	28	137	60	533	240	8 195	236	37 790	4 140
S. João da Boa Vista	308	40	16	2	2 279	1 000	1 020	245	3 850	162	10 340	1 210
S. José do Rio Preto	2 310	400	1 692	194	—	—	—	—	7 548	330	1 370	140
Vale do Paraíba	—	—	—	—	223	164	570	256	2 329	99	1 613	160
Totais	100 000	14 000	58 000	5 200	8 500	4 300	7 452	2 800	71 100	2 900	213 000	22 000

Secções de extensão agrícola	Trigo*		Mamona		Soja		Fumo em corda		Alfafa		Cebola	
	Al-quei-res	Tone-ladas	Al-quei-res	Mil sacas 50 kg	Al-quei-res	Sacas 60 kg	Al-quei-res	Arrô-bas	Al-quei-res	Tone-ladas	Al-quei-res	Mil arrô-bas
Araçatuba	9	12	2 025	73	148	6 260	1	60	—	—	40	22
Avaré	385	568	810	64	45	2 200	8	1 800	216	3 000	73	20
Baurú	—	—	850	44	50	1 950	46	1 770	—	—	46	13
Bebedouro	1	1	6 940	390	326	11 040	20	1 100	—	—	28	14
Campinas	60	75	—	—	170	8 500	137	15 300	—	—	517	290
Capital	4	1	—	—	—	—	—	—	—	—	613	344
Itapetininga	1 879	3 124	10	1	500	17 400	20	1 750	—	—	1 198	676
Jaú	—	—	4 530	140	—	—	—	—	—	—	152	50
Litoral	—	—	—	—	7	130	—	—	—	—	—	—
Marília	—	—	3 800	190	—	—	—	—	—	—	94	34
Piracicaba	2	5	3	6	2	100	112	9 400	2	40	119	42
Presidente Prudente .	513	517	3 762	180	70	2 820	—	—	270	5 315	19	8
Ribeirão Preto	—	—	670	62	535	29 000	14	750	—	—	25	16
S. João da Boa Vista	37	54	—	—	45	1 850	29	2 660	—	—	520	567
S. José do Rio Preto	—	—	2 300	150	30	900	22	1 670	—	—	8	6
Vale do Paraíba	—	—	—	—	13	600	33	3 140	—	—	81	54
Totais	2 890	4 357	25 700	1 300	1 934	82 750	442	39 400	488	8 355	3 533	2 156

(*) Área e produção a serem corrigidas em novembro.

Seções de extensão agrícola	Tomate		Laranja		Banana		Uva		Abacaxi	
	Al-quei-res	Mil caixas	Mil pés	Mil caixas	Mil pés	Mil cachos	Mil pés	Mil quilos	Mil pés	Mil frutos
Araçatuba	112	242	144	200	440	350	35	60	700	544
Avaré	22	22	260	430	900	1 302	150	270	690	632
Baurú	15	36	490	950	325	355	55	105	200	136
Bebedouro	1 367	1 812	4 600	5 130	225	280	40	60	1 500	408
Campinas	542	2 156	2 790	4 610	870	926	27 960	70 350	440	210
Capital	484	1 317	330	330	230	185	7 120	14 150	250	118
Itapetininga	297	1 093	1 272	1 450	660	847	397	600	4 100	1 440
Jauú	5 440	5 800	2 312	2 930	285	310	—	—	1 000	800
Litoral	10	13	560	600	21 150	18 430	—	—	1 500	605
Marília	20	44	295	790	240	235	220	548	—	—
Piracicaba	48	261	6 400	5 050	250	450	95	130	500	175
Presidente Prudente ..	10	18	170	390	460	640	415	510	3 040	760
Ribeirão Preto	110	506	444	790	470	520	17	7	3 700	2 470
S. João da Boa Vista ..	65	220	1 450	1 450	225	224	1 130	3 100	530	210
S. José do Rio Preto ..	—	—	883	1 000	620	880	—	—	350	270
Vale do Paraíba	168	600	1 000	900	650	596	66	110	1 500	1 070
Totais	8 710	14 140	23 400	27 000	28 000	26 500	37 700	90 000	20 000	9 850

Outras culturas:	Ramie	—	Área	55 alqueires	—	produção	181 500 kg
	Menta	—	"	140 "	—	"	13 000 kg
	Gergelim	—	"	70 "	—	"	1 600 kg

OBSERVAÇÕES:

1. As previsões referentes às áreas e produções totais do Estado, para as culturas de café, algodão, arroz, milho, feijão das águas e seca e amendoim das águas e seca, foram obtidas pelo método de "amostragem", sendo que parte dos recursos financeiros foram propiciados pelo Instituto Brasileiro do Café (*previsão de café*).
2. Os dados referentes às produções foram baseados no estado geral das culturas durante o mês de junho.
3. A amostra deste levantamento se constituiu em 2 000 propriedades agrícolas visitadas pelos Engenheiros-Agrônomos Regionais da Divisão de Fomento Agrícola.

São Paulo, 10 de julho de 1963
 SECÇÕES DE PREVISÃO DE SAFRAS E CADASTRO
 E LEVANTAMENTOS ECONÔMICOS

SECRETARIA DA AGRICULTURA

DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL
 DIVISÃO DE FOMENTO AGRÍCOLA
 ESTADO DE SÃO PAULO

SECCÕES DE EXTENSÃO AGRÍCOLA
 DELEGACIAS REGIONAIS AGRÍCOLAS

E
 CASAS DA LAVOURA

ESCALA 1:1000000

DEZ. 1940



	SECCÃO DE EXTENSÃO AGRÍCOLA
	DELEGACIA REGIONAL AGRÍCOLA
	CASA DA LAVOURA
	LIMITE DA SECCÃO
	LIMITE DA DELEGACIA